

A contribuição da agência Crediconfiança para a manutenção e geração de empregos locais no município de São José

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Débora Cristine Santana

Orientador: Prof^o Armando de Melo Lisboa

Área de Pesquisa:

Palavras – Chaves:

1. Desemprego
2. Microcrédito
3. Pequena Empresa

Florianópolis, dezembro de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota...9,0..... à aluna Débora Cristine Santana na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

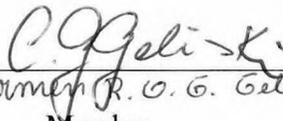
Banca Examinadora:



Armando de Melo Lisboa
Presidente



Prof.º FELIPE AMIN FILOMENO
Membro



Prof.º Carmen R. G. G. Gelinski
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais pelo amor, carinho e dedicação que demonstraram durante todos os dias de minha vida.

À minha irmã, por sempre me incentivar.

Ao meu orientador Armando de Melo Lisboa, pela compreensão, calma e sabedoria, que foram essenciais na concretização deste trabalho.

Ao gerente da Crediconfiança Wilson Vamerlati Dutra, pelo seu apoio e disposição com que sempre me recebeu.

Aos meus amigos que estiveram junto comigo durante esta caminhada.

E também ao meu namorado Willian Ferreira que, com muita paciência, diretamente me auxiliou na elaboração desta monografia.

MUITO OBRIGADO

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	V
LISTA DE GRÁFICOS.....	VI
LISTA DE TABELAS.....	VII
RESUMO.....	VIII

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Contextualização.....	09
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 Metodologia.....	12

CAPÍTULO II

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL A PARTIR DA ABERTURA ECONÔMICA NA DÉCADA DE 90.....	14
2.1 O comportamento da economia catarinense na virada para o século XXI.....	16
2.2 Atuação do microcrédito no Brasil a partir dos anos 90.....	18
2.3 A importância da micro e pequena empresa para a economia.....	20

CAPÍTULO III

3. MICROCRÉDITO.....	24
3.1 Base Histórica do Microcrédito.....	24
3.2 A situação do Microcrédito no Brasil.....	26
3.3 Instituições que operam com Microcrédito.....	31
3.4 Programa de Microcrédito de Santa Catarina.....	31
3.4.1 Banco da Família.....	33
3.4.2 Banco do Empreendedor.....	33
3.4.3 Credioeste.....	34
3.4.4 Credisol.....	34
3.4.5 Planorte.....	34
3.4.6 Bapem.....	34
3.4.7 Extracredi.....	35
3.4.8 Casa do Empreendedor.....	35
3.4.9 Bancri.....	35
3.4.10 Casa do Microcrédito.....	36
3.4.11 Crecerto.....	36
3.4.12 Crediconfiança.....	36
3.4.13 Acredite.....	36
3.4.14 Credivale.....	37
3.4.15 Profomento.....	37
3.4.16 Acrevi.....	37

CAPÍTULO IV

4. O MICROCRÉDITO EM SÃO JOSÉ.....	38
4.1 Seu funcionamento.....	39
4.1.2 Demanda por atividade.....	40
4.1.3 Utilização do financiamento.....	41
4.1.4 Constituição dos clientes.....	42
4.1.5 Gênero dos tomadores.....	43
4.1.6 Garantias.....	44
4.2 Análise de resultados da pesquisa.....	45
4.2.1 Nível de escolaridade.....	46
4.2.2 Profissão.....	47
4.2.3 Constituição da empresa.....	47
4.2.4 Número de empregados.....	48
4.2.5 Tempo de atuação em determinada atividade.....	50
4.2.6 Destino do empréstimo.....	50
4.2.7 Valor do financiamento.....	51
4.2.8 Interesse em expansão.....	52
4.2.9 Aumento do faturamento.....	53
4.2.10 Conhecimento da Agência Crediconfiança.....	53
4.2.11 Obtenção do primeiro empréstimo.....	54
4.2.12 Obtenção de novos empréstimos.....	55
4.2.13 Dificuldades durante a obtenção do empréstimo.....	55
5. CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXOS.....	61

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Questionário

Anexo 2 – Tabulação do questionário

Anexo 3 – Lista das empresas entrevistadas

Anexo 4 – Lei 9790/99 OSCIP

Anexo 5 – Resultados Consolidados do Programa Crédito de Confiança

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Setores econômicos atendidos.....	41
Gráfico 2 – Emprego do financiamento.....	42
Gráfico 3 – Atuação do tomador de crédito.....	43
Gráfico 4 – Gênero do tomador.....	44
Gráfico 5 – Formas de garantir o crédito.....	45
Gráfico 6 – Nível de escolaridade.....	46
Gráfico 7 – Profissões exercidas.....	47
Gráfico 8 – Constituição das atividades.....	48
Gráfico 9 – Número de empregados antes do empréstimo.....	49
Gráfico 10 – Número de empregados após empréstimo.....	49
Gráfico 11 – Tempo de atuação.....	50
Gráfico 12 – Utilização do financiamento.....	51
Gráfico 13 – Valores financiados.....	52
Gráfico 14 – Expansão do empreendimento.....	52
Gráfico 15 – Elevação do faturamento após empréstimo.....	53
Gráfico 16 – Canal utilizado pelos clientes para chegar ao microcrédito.....	54
Gráfico 17 – Primeiro empréstimo.....	54
Gráfico 18 – Interesse na obtenção de novos empréstimos.....	55
Gráfico 19 – Dificuldades durante o financiamento.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação atual da microempresa no Brasil.....	20
Tabela 2 – Fatores que influem na mortalidade das microempresas.....	22
Tabela 3 – Números do Banco Grameen até 31 de dezembro de 2000.....	26

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo geral estudar a Agência de Microcrédito – Crediconfiança – identificando assim a sua contribuição através do sistema de microcrédito, na manutenção e geração de empregos na região de São José (SC). Um questionário foi aplicado aos clientes da Crediconfiança para que se pudesse obter dados relevantes ao estudo de caso, bem como várias visitas à instituição que contribuíram muito para a compreensão do mecanismo do microcrédito. Para alcançar este objetivo, foi abordado a questão do desemprego no Brasil a partir da abertura econômica da década de 90, o comportamento da economia catarinense nesse mesmo período, e também a adoção do microcrédito como medida alternativa à geração de recursos. Foi destacada também a importância da micro e pequena empresa para a economia do país. Em seguida foi realizada uma pesquisa bibliográfica para caracterizar a origem do microcrédito no mundo, salientando o surgimento do Banco Grameen, bem como sua atuação no Brasil e em Santa Catarina através do Programa de Microcrédito de Santa Catarina. Para finalizar, o trabalho é concluído com a análise dos dados coletados junto às pesquisas feitas a respeito da Crediconfiança, comprovando qual a sua real contribuição na manutenção e geração de empregos locais. Com base neste estudo, podemos concluir que a busca pela sobrevivência através do trabalho por conta própria, seja ele formal ou informal, cresce mundialmente e é reconhecido como um dos veículos mais importantes que dispõem as pessoas de baixa renda para saírem da pobreza, quer pela contribuição à geração de emprego, quer pela capacidade de ampliar a produção e a renda nacional.

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

É cada vez maior o número de trabalhadores que procuram montar seus próprios negócios, na sua grande maioria de natureza familiar, motivados pelas contínuas transformações econômico sociais que o país vem enfrentando nos últimos anos, como o processo de globalização por exemplo. A globalização não beneficia a todos de maneira igualitária, ou seja, seus ganhos são diferentes ou até mesmo não existem. Na prática o processo exige menores custos de produção e maior uso da tecnologia. A mão-de-obra menos qualificada é simplesmente descartada. O problema acaba se tornando um drama para os países mais pobres, que perdem com a desvalorização da matéria-prima que exportam e também com o atraso tecnológico.

A partir disto aumenta-se à concentração de renda por parte dos países mais desenvolvidos, atingindo ainda em maiores proporções os subdesenvolvidos. A concentração de renda no Brasil gerou cinco categorias de grupos sociais, segundo indicadores do desenvolvimento, publicados pelo Banco Mundial no ano de 2000: os miseráveis, que correspondem a 24 milhões; os pobres, 30 milhões; os quase pobres, 60 milhões; a classe média, 50 milhões, e os ricos, 2 milhões. Esta concentração de renda apresenta como uma de suas conseqüências diretas a elevação do nível de desemprego que em abril de 2004 por exemplo, apurado pelo IBGE, atingiu o recorde de 13,1% da população economicamente ativa do país.

Com este desemprego, as pessoas se sentem obrigadas a encontrar uma maneira de subsidiar seus custos e que ao mesmo tempo as coloque ou as mantenha no mercado de trabalho.

Neste contexto, há o crescimento das relações informais de trabalho, que aparecem como uma alternativa às condições de permanência ao mercado formal. Através destas atividades informais espera-se obter melhores condições de trabalho e de vida pessoal. O emprego sem carteira assinada supre a necessidade das pessoas que entram no mercado de trabalho e não têm suporte na economia tradicional. Eles são milhões. Fazem bicos, vendem pequenos artigos nos semáforos, são camelôs ou empregadas domésticas e diaristas.

É o exército de trabalhadores que atuam no mercado informal ou nos chamados subempregos. Levantamento recente do IBGE mostrou que quase metade da população dos grandes centros do país já trabalha sem salário fixo e carteira assinada.

Outro fator primordial que contribui para o aumento da informalidade no mercado de trabalho é o fato das dificuldades que as pessoas encontram em obter crédito junto aos bancos convencionais, devido principalmente às altas taxas de juros como também às garantias exigidas pelo sistema bancário tradicional. Segundo SANTOS (2002), o cliente que deseja obter crédito junto a esse tipo de banco tem que cumprir três requisitos básicos: oferecer garantias pelo empréstimo, provar capacidade e disposição de pagamentos.

Partindo desta constatação o microcrédito produtivo surge como uma fonte de recursos que são destinados justamente a esse tipo de pessoas que de alguma maneira são excluídas do mercado de trabalho pelos fatores econômicos citados anteriormente: processo de globalização da economia e altas taxas de juros. Esse tipo de financiamento serve tanto para aqueles que desejam montar algum pequeno negócio como também para aqueles que desejam expandir algo que já tenham iniciado.

No decorrer deste trabalho será abordado o tema microcrédito produtivo, onde far-se-á um breve relato sobre seu início com o Grameen Bank em Bangladesh no ano de 1978, o qual emprestou 27 dólares a 42 pessoas inicialmente e não parou mais atingindo proporções absurdas em termos de repasse de recursos. Este início foi colocado da seguinte maneira por seu idealizador, o professor de economia Muhammad Yunus (2000, p.25):

Foi então que tudo começou. Eu não tinha absolutamente intenção de me converter em credor; queria apenas resolver um problema imediato. Até hoje considero que meu trabalho e o de meus colegas do Grameen têm um único objetivo: pôr fim à pobreza, esse flagelo que humilha e denigra tudo o que um ser humano representa.

Porém o presente trabalho irá se concentrar na Agência de Microcrédito Crediconfiança, implantada no ano de 2001 no município de São José, e abrange atualmente 13 municípios. Tal Agência está inserida no “Programa de Microcrédito de Santa Catarina”, programa criado em 1999 pelo BADESC, o qual conta atualmente com o apoio de várias entidades de classe, tais como SEBRAE, FCOL, FACISC, FAMPESC, etc.

O BADESC juntamente com as entidades acima citadas e outras localmente escolhidas, fomentou nas principais micro regiões do estado a criação, inicialmente ONG’s e posteriormente OSCIP’s (Organização de Sociedade Civil de Interesse Público), de organizações microrregionais para que com autonomia fizesse chegar o microcrédito produtivo a todo estado de Santa Catarina.

Este processo contou com a liderança do BADESC, que destacou cerca de R\$ 36 milhões de seu capital e aplicou nestas organizações a um custo subsidiado para garantir assim o cumprimento da missão delegada.

Dado o exposto acima questiona-se: Qual a finalidade das Agências de microcrédito? Que tipo de pessoas recorre a tal financiamento e por que? Qual o impacto das Agências de microcrédito na geração e manutenção local de empregos?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a contribuição do programa Crediconfiança para a geração e manutenção de empregos locais no município de São José, desde sua implantação até os dias de hoje.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o desemprego no Brasil a partir da abertura econômica na década de 90;
- Salientar a importância da pequena empresa na economia;
- Descrever a origem do microcrédito no mundo e sua forma de atuação no Brasil e em Santa Catarina, buscando dados do Programa de Microcrédito de Santa Catarina;
- Verificar o funcionamento do microcrédito na agência de São José;
- Analisar os resultados obtidos por esta instituição de microcrédito.

1.3 Metodologia

Este estudo terá como base a pesquisa do tipo descritiva, que conforme VERGARA (2000, p.47), “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis e definições de sua natureza”.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi definida como bibliográfica, ou seja, elaborada a partir de material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos, monografias sobre o tema em questão, bem como materiais disponibilizados na Internet, tendo em vista que as instituições que atuam no segmento do microcrédito, fazem suas publicações em sites, nos quais se pode obter desde dados históricos até estatísticas a respeito da abrangência da agência.

Ainda como meio de investigação, tem-se a pesquisa de campo, que foi realizada primeiramente através de visitas à agência de microcrédito estudada para coleta de informações relevantes como: perfil do clientes, origem dos recursos, taxas de juros, prazos, entre outras. A partir disso foi elaborado um questionário conforme anexo nº (01), onde foram levantados dados retratadores da veracidade e dos resultados práticos obtidos pela Agência Crediconfiança, situada na cidade de São José, como fonte de manutenção e geração de empregos locais.

Foram entrevistadas 24 empresas pertencentes ao município de São José. Tal amostra foi obtida a partir de duas fórmulas propostas por BARBETTA (2001, p. 60):

Sendo:

N = tamanho da população

n = tamanho da amostra

no = primeira aproximação para o tamanho da amostra

Eo = erro amostral tolerável

$$no = 1/Eo^2$$

$$n = N * no / N + no$$

$$no = 1/(0,20)^2$$

$$n = 420 * 25 / 420 + 25$$

$$no = 1/0,40$$

$$n = 23,59$$

$$no = 25$$

Assim, como uma margem de erro de aproximadamente 20%, e uma população de 420 empresas, o tamanho mínimo da amostra a ser utilizado corresponde à 24 empresas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL A PARTIR DA ABERTURA ECONÔMICA NA DÉCADA DE 90

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil através da abertura da economia e privatizações em 1990, fez com que o desemprego fosse considerado um assunto de extrema importância para o país. O impacto negativo causado pelas inovações tecnológicas e as intensas alterações na economia brasileira, no que se refere ao período posterior à implantação do Plano Real em 1994, ocasionaram sérias implicações na geração de empregos.

Segundo OLIVEIRA (2002), o desemprego é um dos problemas mais complexos das sociedades contemporâneas, já que o trabalho representa a independência individual, as rendas das pessoas e o seu status social. Sendo assim, o desemprego produz o agravamento de problemas sociais tais como: exclusão social, perda da auto-estima, desigualdade social, aumento dos índices de violência entre outros.

A questão do desemprego sempre foi muito discutida, porém a partir da década de 90 se intensificou, devido basicamente ao fenômeno da globalização. Esse fenômeno estabeleceu novos patamares de competitividade para as empresas, que abrem mão de todos os recursos possíveis para ganhar produtividade e diminuir custos. Tem-se então uma redução considerável dos postos de trabalho decorrente da rápida transformação do mercado de trabalho no país em virtude da abertura e inovação tecnológica, esse processo recebeu o nome de desemprego estrutural. No Brasil há também o desemprego conjuntural que segundo especialistas é o reflexo direto dos problemas internos, ou seja, queda dos níveis de emprego gerado pelas fases de recessão e também por outras crises na economia. (LUCIO, 2003)

De acordo com OLIVEIRA (2002), quando há desaceleração na economia, o nível de emprego diminui, aumentando assim o número de pessoas que buscam sua sobrevivência em atividades informais.

Sabemos que o desemprego é causado em grande parte pelas políticas econômicas utilizadas pelo governo federal, que visam principalmente o controle da inflação. E para que esse objetivo seja alcançado, o governo faz uso de altas taxas de juros e também de políticas recessivas, ocasionando dessa maneira uma elevação considerável das taxas de desemprego.

Até o início de 1999, a questão do desemprego não era tão preocupante, pois a taxa de desempregados da população economicamente ativa do país crescia, porém situava-se em torno de 5%. No final deste mesmo ano, a situação foi agravada, e a taxa chegou aos 8%, ou seja, pelo menos 6 milhões de pessoas que procuravam emprego não obtinham êxito.

Cabe lembrar também que, este índice foi o maior detectado pelo IBGE desde que iniciou suas pesquisas sobre desemprego no ano de 1982. E o aumento do desemprego continuou ocorrendo, em 2000 atingiu 6,2%, e neste ano de 2004 já atingiu os 13,1% nos primeiros meses, ou seja, no intervalo de 4 anos este índice mais do que duplicou.

AMADEO (1999) afirma que como consequência dos altos índices do desemprego tem-se o aumento, a partir dos anos 90, da informalidade do mercado de trabalho no Brasil.

As pessoas no intuito de estarem novamente inseridas ou até mesmo permanecerem no mercado de trabalho, têm como alternativa a economia informal, pois esta não impõe leis que imperam acerca de tributos e custos com folha de salários, bem como não apresenta a enorme burocratização imposta pelo governo na constituição de uma empresa.

Entretanto, não se pode falar em desemprego sem mencionarmos a exclusão social proporcionada pelo mesmo.

Segundo LUCIO (2003, p.8):

O desempregado ou sub-empregado com salário que não satisfaz às suas necessidades básicas, não pode viajar, ir ao cinema, ao teatro, não pode se divertir e não pode nem sequer estudar ou se qualificar para melhorar de vida. Não pode também dar boa educação aos filhos, não pode ficar doente, pois não tem recursos financeiros para se tratar, não pode ter acesso a condições dignas de habitação e, muitas vezes, não tem o que comer. Há realmente uma exclusão.

Portanto, uma das metas do governo e de toda a sociedade é enfrentar o desemprego, criando políticas que gerem empregos e renda, melhorem a relação capital-trabalho, dêem condições de mais pessoas participarem do processo produtivo, contribuindo assim para combater o desemprego no Brasil.

Neste contexto está inserido o microcrédito, que proporciona a criação ou desenvolvimento de pequenos negócios que formam o alicerce principal da estrutura de absorção de mão-de-obra do país, com grande flexibilidade e popularização de oportunidades, pois se encontram em todo o país, criam postos de trabalho nas mais distantes localidades do território nacional e oferecem oportunidades de ocupação a segmentos sociais desprezados que poderiam ser lançados em definitivo à exclusão social, como os jovens sem experiência profissional ou os adultos acima de 40 anos.

Conforme o BNDES (2004):

O microcrédito pode ser caracterizado como um instrumento do governo federal no apoio a uma estratégia de desenvolvimento nacional que tenha a inclusão social e a redução das desigualdades como eixos organizadores, o BNDES tem compromisso fundamental com a sociedade, especialmente, no que concerne às políticas públicas voltadas para a geração de ocupação e renda.

Por tratar-se de uma política pública, o microcrédito tem como principais finalidades econômicas manter e criar empregos, como também a geração de renda, colaborando assim ainda que em pequenas proporções para a redução do nível de desemprego local, e no combate a exclusão social.

2.1 O comportamento da economia catarinense na virada para o século XXI

O padrão de desenvolvimento regional e urbano do estado de Santa Catarina sempre foi diferente das demais regiões brasileiras. Conforme destaca SACHS (2003), desde a época da colonização européia, foram abertos e mantidos espaços para o fortalecimento gradativo dos pequenos empreendedores.

De acordo com MATTEI e LINS (2001, p.32),

Na virada para os anos 90, as mudanças de marco regulatório – sintetizadas na abertura comercial – produziram efeitos consideráveis na estrutura produtiva do Estado. O aumento da “contestabilidade externa”, representada pela avalanche de importações e posteriormente amplificada pela política de câmbio do Plano Real, forçou a reestruturação de numerosas empresas, de diversos tamanhos, rumo à modernização tecnológica e organizacional. Como resultado, avanços em qualidade e produtividade foram logrados, com melhoria na competitividade. Porém, a contrapartida tomou a forma de uma dramática ampliação do número de trabalhadores desempregados em diferentes setores de atividades.

Ainda para MATTEI e LINS (2001), no início da década de 90, a economia estadual passou novamente por um período recessão, devido à crise macroeconômica ocasionada pela política do Governo Collor. Porém, com a estabilização da moeda, em pleno Plano Real, observou-se um novo ciclo de crescimento a partir de 1994, com taxas de crescimento que sustentaram-se até recentemente.

Sendo criado em 1952, o BNDES sempre foi mais conhecido devido aos financiamentos que concede às exportações e a indústria, como também pelos investimentos em infra-estrutura e pelo programa de privatizações que mantém.

Entretanto, no ano de 1995 o banco passou a incluir entre suas iniciativas a assistência a área social. Dentre estas novas iniciativas está o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), o qual destina uma linha de crédito às instituições brasileiras de microfinanças.

Segundo SACHET, WATERKEMPER e SACHET (2001, p.34),

Os desafios na entrada do século XXI determinam novos comportamentos do trabalho em Santa Catarina, quando se encaminham de um lado para a alta tecnologia e para a informatização e, do outro, para a multiplicação, na periferia das cidades, de milhares de pequenos empreendimentos familiares, quase sempre sem uma fonte de renda de trabalhadores vítimas do desemprego provocado pelo enxugamento de postos de trabalho na média e na grande empresa.

Com a modernização e globalização constatada também na economia catarinense, estado no qual o pequeno empreendimento sempre teve papel importante, tem-se a marginalização de pessoas, a partir do momento que as mesmas têm sua criatividade reprimida e suas capacidades profissionais não se encaixam mais nos padrões impostos pela sociedade.

É sabido que a tecnologia e a informatização são as maiores responsáveis pela exclusão de milhares de catarinenses do mercado de trabalho, restringindo assim sua oportunidade de crescimento.

Um dos caminhos já colocados em prática para que as pessoas voltem a desenvolver a criatividade e terem oportunidade de trabalho é a inserção do microcrédito na economia do estado, um sistema de pequenos empréstimos implantado no final da década de 1990, que difere em termos burocráticos do sistema bancário vigente.

SACHET, WATERKEMPER e SACHET (2001) ressaltam que o microcrédito não significa apenas um empréstimo de pequeno valor. Ao redor dele gira toda uma filosofia de confiança na pessoa e, principalmente, de valorização do trabalho.

Assim sendo, o microcrédito surgiu para contrapor a lógica dos manuais. Na economia, o crédito age como impulsionador de negócios, assumindo um caráter abstrato e impessoal.

É verdade que se os negócios não vão bem, o crédito vai acabando, com pouca ou nenhuma interferência na vida da pessoa física. Percebe-se então que o crédito só é concedido às pessoas pela perspectiva do negócio e não por merecimento.

KREIN¹ (apud BADESC, 2003) afirma que,

O microcrédito é muito importante para o desenvolvimento do Brasil e de Santa Catarina. No estado, as cidades que já utilizam essa modalidade de crédito percebem o impacto na sua economia, têm mais renda e as empresas mais segurança. Nessas cidades, as empresas têm três vezes mais chances de vida do que em cidades que não utilizam o microcrédito.

Com base nisto podemos concluir que o microcrédito age de maneira eficaz na economia pois colabora com os pequenos empreendedores, possibilitando aos mesmos a expansão de sua fonte de renda.

2.2 Atuação do microcrédito no Brasil a partir dos anos 90

AZEVEDO (2002) destaca que as análises a respeito das mudanças no mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 90 reforçam a importância das micro e pequenas empresas (MPE) como geradoras de emprego.

Assim sendo, com o movimento gerado a partir das transformações ocorridas na economia mundial devido ao processo de globalização, o país se torna obrigado a desenvolver uma política econômica voltada ao mercado interno e aos setores não globalizáveis.

Dessa maneira, promove a valorização dos pequenos e microempreendimentos, formais ou informais, considerados fundamentais no processo de geração de emprego e renda.

Ainda para AZEVEDO (2002), em função do sucesso dessas iniciativas, as políticas de microfinanças vêm ganhando destaque dentro do universo das políticas possíveis para superar alguns dos desafios impostos às MPE. Nesse sentido, as microfinanças podem ser entendidas, de uma forma geral, como um instrumento capaz de solucionar o problema da escassez de capital não somente de indivíduos e domicílios, mas sobretudo de seus estabelecimentos.

É devido a este processo de apoio e estímulo aos pequenos e microempreendimentos, que a questão do microcrédito atinge maiores proporções, deixando de ser visto apenas como um crédito diferenciado oferecido aos excluídos do sistema bancário tradicional, e servindo como elemento importante das ações voltadas à transformação social. Além de questionar o sistema financeiro convencional, sistema este gerado para atender apenas os grandes clientes.

¹ João Krein, presidente da Blusol, instituição pioneira na modalidade de microcrédito em Santa Catarina, situada na cidade de Blumenau.

Conforme AZEVEDO (2002, p.328),

Um dos caminhos naturais para amenizar a escassez de capital que tanto afeta as MPE é a oferta de crédito – uma das mais fundamentais formas de intermediação financeira. As operações de crédito tradicionais se caracterizam por serem transações feitas de forma individualizada, onde de cada operação resultam obrigações que são, em princípio, intransferíveis ou não-negociáveis.

O microcrédito no Brasil vem se difundindo de forma crescente, a partir de 1990, devido a realização de inúmeros eventos relacionados ao tema dos pequenos negócios, como também a partir de programas governamentais e não-governamentais destinados a apoiarem este segmento da economia. Ele constitui um esforço de inclusão dos trabalhadores e segmentos produtivos periféricos, que vêm se estruturando em formas de trabalho não capitalistas, porém em um ambiente predominantemente capitalista, tais como a economia solidária e o auto-emprego.

Como já foi afirmado anteriormente, os programas de microcrédito tiveram maior impulsão a partir de 1990, porém foram intensificados após 1994 devido basicamente a três fatores macroeconômicos:

- Extinção da idéia de que a partir do crescimento econômico o país teria condições suficientes para alcançar a situação de pleno emprego e a distribuição de renda ideal;
- A certeza de que não se pode esperar do mercado as soluções para combater a pobreza e o desemprego, principalmente após a mudança do paradigma tecnológico, já que mesmo com a retomada do crescimento econômico, a geração de empregos não ocorreria nas mesmas proporções;
- E que devido a estabilização econômica de 1994, tem-se uma maior previsibilidade aos investimentos, criando assim maiores condições para a implantação de crédito assistido.

Percebemos então que os programas de geração de trabalho e renda, enquanto políticas ativas ou de mercado (não assistencialistas) que buscam aumentar a oferta de postos de trabalho mediante o apoio creditício aos empreendimentos econômicos de pequena escala, são ações bastante recentes e vêm ocorrendo em praticamente todos os países, visando fazer frente aos crescentes problemas de mercado de trabalho, especialmente no que se refere ao aumento do desemprego, à precarização dos postos de trabalho e ao aumento da pobreza.

2.3 A importância da micro e pequena empresa para a economia

SACHS (2003) ressalta que em todo o mundo, as micro e pequenas empresas são responsáveis pela geração da maioria dos empregos. Afirma-se que, no Brasil, segundo o SEBRAE (2003), a força dos pequenos negócios move a economia brasileira. No que diz respeito aos números e estatísticas, as micro e pequenas empresas geram 13,6 milhões de empregos, representam 98,9% dos estabelecimentos formais e respondem por 99,8% das firmas que nascem a cada ano. No Brasil real essas empresas são sinônimos de distribuição de renda e de reinserção dos excluídos do mercado de trabalho na atividade econômica e no convívio social.

Para SINGER (apud SEBRAE, 2003), todas as empresas contribuem para o desenvolvimento do país, as grandes e as pequenas.

A importância das pequenas está em seu papel redistribuidor de renda, particularmente as microempresas que podem ser individuais ou familiares.

PARENTE (2002) ressalta alguns números referentes a importância da microempresa no Brasil, que estão expostos na tabela abaixo:

Tabela 1: Situação atual da microempresa no país

Relevância da Microempresa no Brasil
Abrange 25% da população economicamente ativa (PEA)
O país conta com mais de 10 milhões de microempresas
Mais de 13 milhões de pessoas estão engajadas neste segmento
As microempresas representam 8% do PIB nacional
95% dessas microempresas não utilizam crédito
Fonte: Microfinanças: Saiba o que é um banco do povo.

Ao analisarmos os números referentes à microempresa através da tabela acima entendemos porque esse segmento vem se registrando, afinal os números são animadores. DANTAS (apud PARENTE, 2002, p.31), destaca claramente a seguir a importância dessas microempresas para o país:

A importância, econômica e social, dessas pequenas unidades para o país é inquestionável. Cerca de 25% da população urbana economicamente ativa está vinculada a um pequeno empreendimento. Estamos falando de um universo de cerca de 14 milhões de pessoas diretamente envolvidas. Se olharmos as funções de canais de distribuição de milhares de produtos, de formadoras de mão-de-obra a baixo custo, de mercado consumidor de ferramentas, máquinas e equipamentos de fabricação simples, de oportunidade para o exercício de uma vocação e um direito – o de ter o seu próprio negócio – , vamos compreender o papel estratégico que jogam os pequenos empreendimentos como via de crescimento econômico e bem-estar social.

No sentido de contribuir com as microempresas, CARRARO (apud MAGER, 2003) explica que o microcrédito tradicional procura atender sob medida, a pequenos negócios ou a empreendedores em potencial, e que têm, portanto maiores chances, no médio prazo, de estimular o empreendedorismo.

Este repasse de recursos tem uma finalidade muito maior do que apenas fornecer crédito à pessoas necessitadas, ele proporciona a essas pessoas o desenvolvimento da capacidade de empreender, colaborando para o crescimento econômico com inclusão social.

O microcrédito simplifica o processo de obtenção de crédito, segundo o SEBRAE, levando em conta a realidade dos pequenos negócios, apostando em sua potencialidade econômica e nas relações de confiança entre o empreendedor e sua comunidade.

Cabe acrescentar que nos últimos anos os microempreendedores têm demonstrado forte dinamismo, fator este que os coloca como clientela interessante para o microcrédito. Pois mesmo sem o apoio adequado do Governo, eles conseguem se desenvolver gerando renda e trabalho para suas famílias atuando em determinados nichos de mercado.

Segundo PARENTE (2002, p.20),

A maioria dessas micro empresas é criada com economias próprias – ou com a ajuda de parentes e amigos como alternativa de ocupação e geração de renda e até como estratégia de sobrevivência. Após uma etapa inicial em que se registra grande mortalidade empresarial, os negócios que conseguem conquistar alguma estabilidade começam também a demandar crédito e, nesse momento, torna-se claro que o sistema convencional não lhes dará acesso aos serviços financeiros de que necessitam.

Sabemos que uma das principais características do pequeno empreendimento é a escassez de capital de giro e para investimentos. Esses pequenos negócios são formados a partir de uma pequena economia, da venda de bens ou de resultados de economias de toda uma vida. Economias estas que por não terem recursos próprios acabam na estagnação e conseqüentemente excluídas do sistema de crédito institucional tradicional. É justamente neste contexto que percebemos a grande importância da existência de instituições que ofereçam crédito para esse setor da economia.

SACHS (2003, p.111) afirma que:

... a vitalidade econômica de um país e o espírito de empreendedorismo de seu povo resultam num fluxo contínuo de criação de novos empreendimentos que, em sua esmagadora maioria, são de pequeno porte. A contrapartida é a mortalidade também elevada destes empreendimentos submetidos ao teste difícil, quando não letal, da competição em mercados onde enfrentam empresas muito mais poderosas, atuando em condições de inferioridade no que diz respeito ao acesso à tecnologia, ao crédito, às informações e à qualificação de seu pessoal.

De acordo com dados de pesquisas realizadas pelo SEBRAE (apud PARENTE, 2002), quanto menor o empreendimento, maior é o risco de extinção, ou seja, 71% das microempresas extintas no ano de 2002 tinham até 2 empregados e 10%, mais de 5 funcionários. Foi constatado também que o nível de escolaridade tem um peso maior do que o dinheiro no sucesso das microempresas, isto é, em 35% das firmas extintas os sócios tinham no máximo o ensino fundamental; em 63% das empresas de sucesso, os proprietários tinham curso superior completo. Outro fator relevante é o fato de que dispor de dinheiro no momento de implantação de uma microempresa ajuda, mas não é o suficiente, pois de acordo com tal pesquisa, 14% dos empresários bem-sucedidos tinham capital para iniciar seu negócio, contra 6% no caso de empresas extintas.

Infelizmente a mortalidade das pequenas empresas no primeiro ano de vida chega a atingir a taxa de 36%, e antes mesmo de completar dois anos essa taxa sobe para 47% do total de novas empresas geradas. Alguns fatores primordiais contribuem para esses números e serão mostrados na tabela a seguir:

Tabela 2: Fatores que influem na mortalidade das microempresas

Fatores	%
Não planejam a produção	40
Não planejam as vendas	50
Não utilizam sistema de custeio	45
Não controlam estoques	47
Não usam técnicas de marketing	85
Não treinam recursos humanos	80
Não avaliam produtividade	65
Não monitoram qualidade	60
Não utilizam informática	90

Fonte: Fernando Dolabela, O segredo de Luísa, pp. 133-134 (extraído do livro: Saiba o que é um banco do povo)

Essa tabela demonstra porque a maioria dos programas de microcrédito está voltada para os milhares de microempreendedores e microempresas já em atuação no mercado, visando acima de tudo financiar a abertura de novos negócios.

Como saída para os problemas acima relatados na tabela 2, GIANNI (apud SACHS, 2003) salienta que para haver o fortalecimento dos micro e pequenos produtores é necessário a formulação de políticas públicas de cunho social, econômico e político.

Ainda para o autor, é necessário que o homem seja colocado no cerne da problemática desenvolvimentista, insistindo que a prioridade para o Brasil é a criação de empregos dignos, com salários justos e jornadas de trabalho humanas. Além disso, é constatado que a absorção de mão-de-obra ativa tem sido muito maior nas micro e pequenas empresas e na economia informal do que nos setores ditos clássicos da economia.

Portanto entendemos que as micro e pequenas empresas são de extrema importância para a economia, e a atuação do poder público deve representar uma ação consistente e de forma pró ativa. Pois conforme QUICK (2003), Presidente de Políticas Públicas do SEBRAE, são as micro e pequenas empresas que capilarizam o desenvolvimento, a atividade econômica e a geração de emprego e renda.

GIANNI (apud SACHS, 2003) consegue sintetizar em algumas palavras a necessidade real do país afirmando que a construção de um Brasil diferente passa pela geração de oportunidades à grande massa de pequenos, empregados e empreendedores. Deve alcançar todos: crianças e adultos, empregados e empreendedores, formais e informais, rurais e urbanos, individuais e associados, de forma a gerar condições para que todos tenham possibilidade de expandir suas liberdades.

3. MICROCRÉDITO

O tema das microfinanças ocupou um lugar de destaque na economia brasileira a partir da década de 80 conforme AZEVEDO (2002, p.329),

Foi somente nos últimos vinte anos que se deram o surgimento e o desenvolvimento de iniciativas mais sistematizadas de metodologias para oferecer serviços e produtos financeiros em larga escala e de maneira sustentável, especificamente desenhados para a população de baixa renda e para as MPE. Inicialmente, as microfinanças estavam localizadas na Ásia, mas logo foram replicadas e adaptadas para outras regiões do planeta, como África, América Latina, Europa e EUA.

Neste capítulo serão apresentados um breve histórico do microcrédito tomando como base o surgimento do Banco Grameen, sua forma de atuação no Brasil; como também um estudo sobre as principais características do Programa de Microcrédito de Santa Catarina.

3.1 Base Histórica do Microcrédito

O surgimento do microcrédito e sua difusão como um sistema de crédito facilitado ocorreu por volta de 1976, em Bangladesh, um dos países mais desfavorecidos da Ásia, quando o professor de uma universidade próxima da aldeia de Jobra constatou que vários moradores da aldeia dependiam de agiotas, pagando juros abusivos e, mesmo assim pagando corretamente.

Em determinado momento de sua carreira, o professor de economia de Chittagong, Bangladesh, deu-se conta de que as teorias econômicas estudadas nas salas de aula como capazes de garantir uma resposta adequada a todos os tipos de problemas, na realidade nada significavam para a centena de pobres e famintos que se movimentavam ao redor da própria universidade. (SACHET, 2001. p. 21).

O professor Muhammad Yunus começou a emprestar a essas pessoas, pequenas quantias com recursos próprios, que depois ampliou, adquirindo empréstimos.

Yunus, com o passar do tempo, obteve ajuda de bancos e instituições, vindo a efetivar o segmento do microcrédito em 1978 com a implantação do Banco Grameen² em Bangladesh. Yunus (2000) ressalta que a experiência de trabalhar no Grameen lhe proporcionou fé, ou seja, uma fé inquestionável na criatividade do homem. Fazendo-o acreditar que as pessoas não vieram ao mundo para sofrer com a fome e a pobreza. Acrescenta ainda que essas pessoas sofrem agora como no passado, porque não lhes foram dado oportunidades.

² Em bengali, idioma principal de Bangladesh significa “Banco da Aldeia”.

Esta nova estratégia de microcrédito tinha como principais objetivos:

- Levar seus serviços aos mais pobres;
- Eliminar a exploração dos pobres pelos agiotas;
- Criar oportunidades de “auto-emprego”;
- Proporcionar aos excluídos dos bancos tradicionais, uma modalidade de crédito, que esteja ao seu alcance, devolvendo-lhes a confiança sócio-político-econômica;
- Proporcionar um retorno de investimento, para aumento da receita, e com o aumento desta gerar uma nova demanda por crédito.

A experiência do Banco Grameen provocou grandes surpresas no desenvolvimento dos países de terceiro mundo e desenvolvidos, porém foi a partir das décadas de 1980 e 1990, que o setor de microfinanças apresentou um crescimento acelerado e de alta qualificação, existindo hoje programas espalhados em mais de sessenta países, inclusive alguns considerados ricos, como o Canadá, França e Estados Unidos. Na tabela abaixo podemos verificar a atuação do Banco Grameen, ou seja, as proporções atingidas até o final de 2000.

Tabela 3: Números do Banco Grameen até 31 de dezembro de 2000

1. Números de aldeias onde o Grameen atua	40.225
2. Número de centros do Grameen	68.000
3. Número de membros do Grameen (maioria absoluta mulheres)	2.380.000
4. Casas próprias adquiridas com empréstimo de Grameen	533.000
5. Número de agências	1.105
6. Número de funcionários	não consta

Fonte: www.pime.org.br (Pontifício Instituto Missões Exteriores)

O segmento do microcrédito tomou proporções mundiais ao longo dos anos como foi citado anteriormente vindo a surgir em Santa Catarina no ano de 1999 viabilizado pelo BADESC inicialmente, intitulado como “Crédito de Confiança” e atualmente Programa de Microcrédito de Santa Catarina, o qual conta no momento com 16 subprogramas repassadores deste recurso.

Para Yunus (2000), a pobreza não tem lugar numa sociedade civilizada, e sim nos museus. O autor conseguiu provar através de sua experiência com a implantação do microcrédito que este pode constituir-se numa estratégia eficaz para combater a pobreza, sem grande risco para o financiador e com grandes benefícios para os pobres.

Ainda para o economista Yunus (2000), o Banco Grameen surgiu para atender os deserdados da sociedade, os mesmos que à primeira vista, não oferecem nenhuma garantia de recuperação dos empréstimos e, por isso, são rejeitados pelas instituições financeiras tradicionais. O autor afirma em sua obra que o crédito, por si só, não poderia acabar com a situação de pobreza. Ele é apenas um dos meios que permitem sair da pobreza. Outras saídas podem ser abertas para facilitar a mudança. Mas para isso é necessário ver as pessoas de modo diferente e conceber um novo quadro para essa sociedade, coerente com essa nova visão.

Nota-se que este tipo de financiamento é de suma importância para a nação, pois pode proporcionar aos indivíduos pobres a superação das restrições por eles encontradas perante a obtenção de crédito junto ao sistema convencional, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico do local onde está inserido de maneira sustentável.

O SEBRAE (2004) conceitua o microcrédito produtivo como sendo um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos de valores relativamente pequenos a empreendedores de baixa renda, que vivem, em geral, na economia informal.

Pode-se observar então que um dos grandes diferenciais deste tipo de concessão de crédito, é que o mesmo coloca em primeiro plano a geração de empregos (especialmente o auto emprego), para que através deste os indivíduos possam satisfazer suas necessidades.

O microcrédito segundo AZEVEDO (2002) é um produto das instituições de microfinanças desenhado especialmente para atender, de maneira sustentável, aos micro e pequenos empreendedores. E o papel principal dessas microfinanças é de atuar como agentes de intermediação financeira, transferindo capital ou liquidez daqueles que os têm em excesso, em um determinado período, para aqueles que deles necessitam.

3.2 A situação do Microcrédito no Brasil

Segundo GOLDMARK (2000), o Brasil bem como a língua portuguesa em geral necessitam de literatura a respeito das microfinanças, sendo que, existem poucas pesquisas na área de microcrédito e a disponibilidade de informações escritas é insuficiente.

O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a trabalhar com microcrédito, adotando como condições básicas à concessão de crédito ágil e taxas de juros que cobrem o custo do crédito, como também a realização de análises e aprovações de crédito rápidas, fator determinante para a sobrevivência e o desenvolvimento institucional.

Tal modalidade de crédito permitiu o alcance de uma modesta carteira de crédito atingindo com rapidez a auto-sustentabilidade. Entretanto, não obteve êxito, devido basicamente a falta de recursos financeiros próprios. Em consequência, o crescimento dessas organizações tornou-se dependente de recursos públicos, reduzindo assim sua autonomia e ligando sua imagem a uma linha político partidária, gerando conflitos de interesses a cada mudança de governo.

A primeira experiência de microcrédito para o setor informal urbano ocorrida em nosso país foi em Recife e Salvador, embora não fossem reconhecidas como tal. No ano de 1973, através da iniciativa e assistência técnica da ACCION Internacional, conhecida na época como AITEC, e também com a colaboração de entidades empresariais e bancos de Pernambuco e Bahia, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, popularmente conhecida como programa UNO.

Conforme KWITO (1999), uma outra experiência de microcrédito ocorreu em Porto Alegre, em 1987 recebendo o nome de CEAPE (Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos) contando com um montante inicial de U\$ 10.000,00 fornecidos pelo UNICEF. Devido o sucesso alcançado pelo CEAPE-RS, o UNICEF resolveu expandir essa experiência, atingindo os estados do Nordeste. A rede CEAPE constituída há mais de quinze anos é uma das maiores e mais antigas carteiras de microcrédito do Brasil.

Em 1996, a prefeitura de Porto Alegre/RS passa a integrar em seus programas de desenvolvimento, o microcrédito, como política pública, pois reconhece que o crédito é fundamental para o cidadão.

Com o apoio técnico da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ – a prefeitura construiu um modelo de organização que, desde sua fundação, tem como princípios a parceria e transparência. Com esse propósito ela discute o projeto juntamente com a comunidade, melhorando o modelo inicial e criando parcerias, integrando ao quadro social – gestores e portadores de recursos, governos municipal e estadual, entidades representativas da classe empresarial, dos trabalhadores, associações da comunidade e profissionais da área acadêmica.

O projeto Portosol, intitulado Instituição Comunitária de Crédito, desenvolve suas atividades a partir de iniciativa e recursos públicos. Porém, tem autonomia e está desvinculado de interferências político-partidárias, sendo que seu órgão máximo de administração é composto por apenas um terço de representantes do governo. Atua com princípios de gestão empresarial e empreendedora, visão de rentabilidade e sustentabilidade, mantendo um quadro próprio de pessoal. A experiência da Portosol atraiu a atenção nacional, despertando o interesse de órgãos governamentais e da comunidade empresarial para o setor.

Serviu de motivação para as agências de desenvolvimento e órgãos públicos apoiarem a criação e o fortalecimento de instituições destinadas ao fornecimento de crédito popular produtivo, demonstrou ao setor privado a rentabilidade das instituições microfinanceiras; incentivou o BNDES a abrir uma linha de crédito para as Instituições Microfinanceiras – IMFs, a divulgar a metodologia da Portosol e a proporcionar o treinamento de Agentes de Crédito.

O surgimento da VIVACRED, em 1997, fez com que o microcrédito atingisse também a área das favelas, iniciando sua atuação na Rocinha – onde se concentra a maior comunidade favelada da América do Sul - e posteriormente expandido-se para mais três. Contando com recursos financeiros do Banco Interamericano – BID -, da Fininvest e da ONG VivaRio, que atua no sentido de reduzir a violência e gerar oportunidades de trabalho para a população do Rio de Janeiro.

A partir desses recursos obtidos tem-se início a ONG Rio Cred, que apresenta planos ousados de expansão incorporando uma estratégia de marketing agressiva, ou seja, agindo através de “promotores” comunitários. Com o êxito alcançado por essa experiência, obteve-se um crescimento acelerado das microfinanças brasileiras. Sendo que no mesmo ano, o Banco do Nordeste – banco estatal de desenvolvimento regional -, entra no mercado de microfinanças expandindo-se com rapidez e, conforme dados publicados, é atualmente um dos maiores microcredores da América Latina.

Desde 1998, o Banco Central vem promovendo algumas mudanças, de modo a fomentar as microfinanças e trazê-las para o âmbito das atividades legais.

A Lei da Usura, por exemplo, proíbe que as instituições não reguladas cobrem juros acima de 1% ao mês, ou seja, bem abaixo dos níveis necessários para sustentar uma operação de microcrédito. As ONGs microfinanceiras que buscam a auto-sustentabilidade atuam com juros nominais a partir de 4% ao mês, estando operando portanto de maneira ilegal.

Através da iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária – órgão vinculado à Presidência da República - , em 1999, foi criada a regulamentação que estabelece uma certificação a ser concedida a ONGs, qualificando-as como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs. Sendo assim, as ONGs de microcrédito que obtiveram esse certificado não incorrem na Lei da Usura. Essa mesma Lei proporciona as OSCIPs firmar Termo de Parceria com órgãos governamentais, receber recursos públicos para projetos e contar ainda com recursos humanos participantes de Programas de Voluntariado, não infringindo a Lei trabalhista.

Em colaboração à questão das microfinanças, o Banco Central criou em 1999 uma legislação específica, possibilitando a criação de entidades especializadas e reguladas: as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCMs. Tais entidades são isentas da Lei da Usura, pois tratam-se de instituições financeiras que visam o lucro, estando então sob a fiscalização do Banco Central. Pelo fato de serem constituídas como sociedades de capital fechado, as mesmas têm mobilizado investidores do setor financeiro, espalhando-se por vários municípios do país.

O BNDES, criado pelo governo federal em 1952, é a principal fonte de financiamentos a longo prazo do país, e mesmo com a expectativa de um aumento na oferta de crédito, advinda de instituições financeiras privadas, o governo afirma que o BNDES tem um papel fundamental a desempenhar na superação de deficiências do mercado, através do financiamento de exportações e infra-estrutura (energia, saneamento, rodovias, telecomunicações). Sua atuação é mais visível na área de investimentos em indústria e infra-estrutura, já do ponto de vista internacional destaca-se pelo papel que desempenhou na onda de privatizações.

Em 1995, o BNDES deu ênfase novamente aos programas de desenvolvimento social investindo em várias iniciativas novas, as quais se destacaram:

- A geração de emprego e renda;
- Desenvolvimento urbano;
- Saúde e educação;
- Assistência integrada para jovens e crianças;
- Desenvolvimento regional;
- Desenvolvimento de capacidades para governos municipais
- Prêmios e reconhecimento para modelos melhores praticados.

Um dos projetos que compõem esse grupo de novas iniciativas é o PCPP – Programa de Crédito Popular Produtivo, o qual oferece uma linha de crédito específica para as instituições de microcréditos brasileiras. Os empréstimos tem um prazo máximo de amortização de oito anos, em parcelas trimestrais, com vencimento no 15º dia do primeiro mês de cada trimestre civil, incluída carência de 2 anos, sendo cobrada a TJLP – taxa de juros de longo prazo, que varia em torno de 11 à 14% nos últimos anos.

Desde sua criação, o PCPP financiou mais de 32 instituições de microcrédito, sendo que tem mais algumas na expectativa de receber recursos em breve. O Programa desembolsou um total de R\$ 121 milhões até o ano de 2002.

De acordo com GOLDMARK (2000, p.4),

Quando o BNDES começou a apoiar o microcrédito, a iniciativa do banco era a única do gênero no Brasil. Hoje, várias instituições importantes estão interessadas em apoiar o microcrédito, e todas buscam o BNDES para ajudá-las a definir seu papel. O Banco Central também pediu ao BNDES para participar de um grupo de trabalho que propôs uma nova estrutura jurídica para permitir às instituições de microcrédito constituir-se em organizações com fins lucrativos e mobilizar investimentos do setor privado.

No intuito de ampliar o acesso ao crédito, o SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), criou um programa nacional de apoio ao microcrédito, o qual apoia a criação de instituições que estejam direcionadas ao fortalecimento da organização, capacitação de recursos humanos, funding e treinamento de empreendedores de micro-negócios.

Num primeiro momento verificamos que o Brasil possui vários ingredientes para uma indústria de microcrédito em expansão: instituições com experiência em microfinanciamento, uma ampla base de clientes em potencial e um setor bancário que tem ignorado as micro e pequenas empresas.

Uma pesquisa a respeito, a Economia Informal Urbana, realizada pelo IBGE em 1999, demonstrou que 15,7 milhões de pessoas que compõem a população economicamente ativa do país vivem subempregadas ou engajadas em atividades econômicas informais e que a produção de bens e serviços advindos da economia informal atingem cerca de 8% do PIB nacional.

O número de microempresas no Brasil, estimado pelo SEBRAE (1999), está próximo de 14 milhões. Utilizando uma definição mais conservadora de firmas com até quatro funcionários, as microempresas continuam representando uma parcela importante das unidades econômicas do país: 46% das firmas industriais, 78% das firmas no comércio e 82% das firmas de serviços.

GOLDMARK (2000, p.5) acrescenta ainda que:

Quase 70% da população brasileira está completamente excluída do sistema bancário, o que significa que não possui qualquer tipo de conta bancária. Se incluirmos nesse grupo também os clientes que têm apenas caderneta de poupança, sem qualquer privilégio de cheques ou saque a descoberto, a proporção de brasileiros às margens do sistema bancário chega a 85% da população.

Enfim, os números ressaltam a situação das pessoas físicas, mas estende-se também para as atividades econômicas: as microempresas formais ou informais, que não conseguem acesso ao crédito. Mesmo com linhas de crédito oferecidas por bancos regionais de desenvolvimento ou comerciais, essas empresas não conseguem superar tamanha burocracia e buscam financiamento em outras fontes.

3.3 Instituições que operam com Microcrédito

O Brasil conta com seis modalidades de instituições que atuam diretamente na concessão de crédito popular, são elas: as OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público); as Sociedades de Créditos aos Microempreendedores; as ONG's, que são subdivididas nas que lidam apenas com crédito e nas que oferecem outros serviços além do crédito; os programas governamentais também trabalham com esse segmento; as cooperativas; e linhas de crédito especiais dos bancos comerciais e estatais.

Cada modalidade apresenta natureza e funcionalidade específicas, sendo assim contemplada pelo marco legal instituído para o setor.

3.4 Programa de Microcrédito de Santa Catarina

O perfil econômico e social de Santa Catarina, de acordo com RAUD (apud MAGER, 2003) é muito diferente dos demais estados brasileiros, pois a integração vertical é bastante acentuada na região. Sem grandes metrópoles, o estado contém pólos de desenvolvimento fortes e diferenciados, distribuídos por suas regiões em torno de cidades médias.

A partir dos estudos feitos sobre o modelo catarinense de economia, RAUD (apud MAGER, 2003), destacou que a originalidade da configuração do estado está no fato de que o setor industrial não se concentra no litoral, em torno da capital, mas justamente nas regiões ou naquilo que ela chama de eixos especializados. Cada um tem sede numa cidade de porte médio e se espalhou por pequenas cidades ao redor, onde a multidão de MPEs gira em torno de algumas grandes empresas.

Devido a este crescimento das MPEs tem-se a necessidade de ampará-las, para que as mesmas consigam se manter no mercado.

Com este propósito surge o Programa de Microcrédito de Santa Catarina que foi instalado e coordenado pelo BADESC no ano de 1999 juntamente com outras entidades representativas, sendo operado através de OSCIP's instaladas em várias regiões do Estado, cada uma administrada por um conselho composto de entidades locais, representando assim as comunidades: popular, sindical e empresarial.

Esse programa tem como objetivo viabilizar novos mecanismos de financiamento que atendam às iniciativas da população empreendedora de baixa renda, tanto do setor formal como do setor informal da economia.

O microcrédito de Santa Catarina pode ser utilizado por toda pessoa que trabalha por conta própria, ou por micro e pequenas empresas, registradas ou não. Sendo financiados: mercadorias, matéria-prima, ferramentas, equipamentos, veículos utilitários, entre outros. Entretanto, apresenta um grande obstáculo a ser superado, ou seja, a dificuldade dos tomadores de empréstimos em encontrar avalista ou apresentarem garantias (BADESC, 2004).

Conforme SACHET, WATERKEMPER e SACHET (2001, p. 51), o reconhecimento do BADESC ao empreendedorismo de Santa Catarina tem fortes motivos. O setor, além de representar alta rentabilidade, é responsável pela formação de novas vagas no mercado de trabalho. Ainda de acordo com os autores (2001, p. 54), o empreendedor é aquele que funda e põe em funcionamento empresas novas; aquele que é dinâmico, arrojado e que trabalha por conta própria.

Devido as crises da economia atual, que vem desde 1980 na história do Brasil independente, jamais sua renda per capita cresceu menos de um por cento ao ano durante um período tão longo. Em consequência, a economia é incapaz de absorver o crescimento da população, e a taxa de desemprego aumenta ano a ano. É justamente nesse ponto que tal programa de microcrédito tenta se manter graças a esse tipo de empreendedores, que aquecem a economia do estado, pois acabam gerando renda para si e levando consigo mais trabalhadores, ou seja, cada indivíduo que se beneficia do microcrédito, acaba empregando pelo menos mais um trabalhador em seu empreendimento.

Novamente para SACHET, WATERKEMPER e SACHET (2001), os recursos financeiros do Programa de Microcrédito de Santa Catarina chegam às mãos dos empreendedores através de organizações não governamentais, implantadas em pontos estratégicos de Santa Catarina. Esta foi a estratégia encontrada pelo BADESC para operar o microcrédito no estado.

Estas ONG's têm como meta oferecer um mecanismo viável de repasse de crédito, dando suporte ao microcrédito, fazendo com que mais catarinenses possam ser beneficiados.

A regulamentação do Programa deu-se pelo Banco Central, em março de 1999, através da Lei 9.790, quando as agências de microcrédito passaram a ser fiscalizadas pelo mesmo. Os empréstimos concedidos por essas instituições são limitados, e variam entre R\$ 200,00 e R\$ 10.000,00. Os juros cobrados dos tomadores dos empréstimos estão em torno de 3,0% mensais, em média, os prazos de pagamento vão de 12 meses para giro, até 24 meses para investimento fixo.

A seguir serão apresentadas as agências que compõem o Programa de Microcrédito de Santa Catarina, bem como dados estatísticos relevantes às mesmas, desde a implantação até meados de 2004.

3.4.1 Banco da Família

O **Banco da Mulher**, de Lages, foi à primeira organização a trabalhar com microcrédito no estado de Santa Catarina, inaugurada em 21 de outubro de 1998, realizando seus dois primeiros empréstimos logo no dia seguinte à inauguração. Atualmente intitulada como **Banco da Família**, esta agência em seus 69 meses de atuação, já beneficiou 12.132 microempreendedores, com recursos próximos de R\$ 16.832.731, mantendo uma média por aplicação de R\$ 1.387, manteve 12.277 postos de trabalhos e gerou outros 130 empregos, totalizados estes somam 12.407 postos de trabalho.

3.4.2 Banco do Empreendedor

O **Banco do Empreendedor**, localizado na cidade de Florianópolis e inaugurado em 19 de outubro de 1999, em seus 55 meses de atuação já beneficiou 3.498 empreendedores, com recursos próximos de R\$ 10.883.700, e a média dos créditos R\$ 3.111, esta ação contribui para a manutenção de 6.961 postos de trabalhos, criando outras 613 novas oportunidades de trabalho, totalizando 7.574.

3.4.3 Credioeste

A Organização Crédito do Oeste, **Credioeste** de Chapecó, inaugurada em 4 de novembro de 1999, atuando há 55 meses já apoiou 2.659 pequenos empreendedores, utilizando-se de recursos na ordem de R\$ 6.792.454, com média de R\$ 2.555 por operação realizada, mantendo 5.531 empreendedores e colaboradores em sua atividade, gerando outros 873 novos postos de trabalho.

3.4.4 Credisol

A Instituição de Crédito Solidário, **Credisol** de Criciúma, inaugurada em 16 de dezembro de 1999, em seus 53 meses de atividade, emprestou R\$ 11.427.601 a 3164 pequenos empreendedores, com média de R\$ 3.612 para cada um deles, gerando 883 postos de trabalho e mantendo outros 7.814.

3.4.5 Planorte

A Instituição de Crédito dos empreendedores do Planalto Norte, **Planorte** de Canoinhas, inaugurada em 18 de abril de 2000, atuando há 50 meses emprestou um valor de R\$ 4.177.807, possibilitando atendimento há 1666 microempreendedores, com valor médio aplicado de R\$ 2.508. A atuação desta organização assegurou a manutenção de 7085 postos de trabalho e possibilitando outras 828 oportunidades de trabalho.

3.4.6 Bapem

O Banco do Pequeno Empreendedor, **Bapem** de Caçador, inaugurado em 18 de maio de 2000, já beneficiou 3498 pequenos empreendedores, com empréstimos que totalizam R\$ 8.701.610. Com média por operação de R\$ 2.488. Manteve 3.802 empregos e gerou outros 1604.

3.4.7 Extracredi

A Extremo Oeste Agência de Crédito, **Extracredi** de São Miguel do Oeste, inaugurado em 20 de junho de 2000, em seus 47 meses de trabalho conseguiu beneficiar 2.291 pequenos empreendedores, com média de R\$ 2.810 por operação totalizando um saldo aplicado de R\$ 1.802.682. Manteve 4036 empregos e gerou 864, totalizando entre o número de empregos gerados e mantidos 4.900.

3.4.8 Casa do Empreendedor

A **Casa do Empreendedor**, de Joinville, inaugurada em 20 de julho de 2000, atua há 47 meses proporcionando atendimento há 4.012 clientes com valor aplicado de R\$ 14.157.728, com média por operação de R\$ 3.529. Gerou 11.262 novos empregos e manteve outros 4.012.

3.4.9 Bancri

Por volta de 1993, os alunos das escolas municipais de Itajaí saíram da rotina das salas de aula e foram as ruas dos bairros da cidade para realizar uma pesquisa. Eles saíram em busca de um diagnóstico de todas as pequenas atividades de fundo-de-quintal existentes na rua onde moravam. Descobriram um elevado número de pequenas empresas completamente desassistidas de qualquer serviço bancário.

Com os dados na mão o CDL de Itajaí responsável pela coleta de dados contou com a ajuda do SEBRAE e descobriu que na época, Itajaí possuía cerca de 400 pequenas empresas, a maioria delas na informalidade e nos mais variados segmentos e produtos, destacando-se as fábricas de sapatos.

No sentido de apoiar estes pequenos empreendimentos é que surge o **Bancri**, Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açu, sediado na cidade de Itajaí, inaugurado em 28 de julho de 2000, há quase quatro anos atuando na região, concedeu créditos com média de 3.125, beneficiando 3.410 pequenos empreendedores, com valores aplicados na casa dos R\$ 10.657.251. Manteve 3.321 empregos e gerou outras 813 novas oportunidades de trabalho.

3.4.10 Casa do Microcrédito

A **Casa do Microcrédito**, de Tubarão, inaugurada em 28 de junho de 2001, atua há 37 meses, beneficiou 1.942 microempreendedores, emprestando R\$ 7.119.810, com média por operação de R\$ 3.666. com esta modalidade de empréstimo gerou 359 empregos e manteve outros 7.806.

3.4.11 Crecerto

A Agência de Microcrédito Solidário do Alto Uruguai Catarinense, Crecerto de Concórdia, iniciou com a Credioeste, Agência de Microcrédito de Chapecó, verificando o potencial e a demanda da região da AMAUC foi criada a CRECERTO. A proposta desta nova agência é continuar a sistemática de auxiliar micros e pequenos empreendedores com a concessão de crédito.

Inaugurada em 12 de julho de 2001, contaram com o apoio desta organização até o momento 2.516 pequenos empreendedores com média de operação de R\$ 2.933, totalizando recursos na ordem de R\$ 2.452.287. Gerou 422 novos postos de trabalho e manteve outros 2.690.

3.4.12 Crediconfiança

A **Crediconfiança** de São José, inaugurada em outubro de 2001, funciona há 32 meses, já beneficiou 1.564 microempresários, emprestando R\$ 4.605.606, com média por operação de R\$ 2.945. Neste segmento gerou 190 empregos e manteve outros 3.120.

3.4.13 Acredite

A Agência de Crédito Especial do Vale do Itajaí, **Acredite** de Rio do Sul, inaugurada em janeiro de 2002, atua há 30 meses, financiou 748 pequenos empreendedores. Utilizando-se de recursos de R\$ 1.897.411, com média de financiamentos de R\$ 2.537. Mantendo 1.289 empregos e gerando outros 71.

3.4.14 Credivale

A Agência Metropolitana de Microcrédito, **Credivale** de Blumenau, iniciou suas atividades em janeiro de 2002, atuando há 30 meses, concedeu crédito há 1.464 empreendedores, emprestando R\$ 4.845.795, com média por operação de R\$ 3.310, mantendo 4.504 empregos e gerando outros 499.

3.4.15 Profomento

A **Profomento** de Brusque inaugurada há 23 meses, beneficiou 1.121 tomadores de crédito, emprestando R\$ 4.503.191, com média por operação de R\$ 4.017. Com estes empréstimos gerou 629 novos postos de trabalhos e manteve outros 2.157 empregos existentes.

3.4.16 Acrevi

A **Acrevi** de Jaraguá do Sul atuando há 22 meses, concedeu empréstimos há 1.051 microempreendedores, com valor médio emprestado de R\$ 4.938, totalizando R\$ 5.189.900 emprestados. Com este novo programa de crédito, manteve 3.969 empregos e gerou outras 202 ocupações.

4. MICROCRÉDITO EM SÃO JOSÉ

O município de São José, pertencente ao Estado de Santa Catarina, compreende uma área de 113,17 Km², que corresponde a 0,12% da área total do Estado onde vivem aproximadamente 185.039 habitantes, segundo o IBGE (2003). Dos municípios catarinenses, São José é um dos que tiveram expressiva transformação nos últimos anos, destacando-se no cenário estadual e nacional. Possui hoje uma economia forte e diversificada que lhe dá a 5º posição em arrecadação de ICMS e o 8º parque Industrial do Estado. São mais de 15.000 empresas trabalhando no município, o que assegura a geração de 60.000 empregos.

O microcrédito no município visa atender essa demanda de empreendedores, sendo que tal região apresenta um perfil empreendedor muito forte e seus habitantes têm demonstrado uma capacidade indiscutível de assumir desafios e transpor as crises que a economia de nosso país tem apresentado.

Com o propósito de incentivar esses pequenos empreendedores é que surge uma instituição de microcrédito, que não visa apenas o lucro e que dá credibilidade aos seus pequenos negócios. Seu atendimento é proporcionado a todos os pequenos empreendedores de baixa renda que exerçam uma atividade econômica por conta própria, nos setores de comércio, produção e prestação de serviços, sendo essa atividade formal ou informal, desde que os mesmos se enquadrem no processo seletivo.

Atualmente nossa economia apresenta vários desafios, o aumento da competitividade acarretou uma reavaliação das empresas, que necessitaram promover alterações tanto na gestão empresarial, como na adoção dos instrumentos tecnológicos e na capacitação profissional. A redução de custos caracteriza-se como o principal objetivo para a manutenção da competitividade, sendo que na maioria dos casos visam “produzir mais, com menor custo”, dentre os quais a redução de recursos humanos tem sido a principal alternativa, contribuindo assim para a redução dos postos de trabalho.

Um dos caminhos para inúmeros países é o fomento de pequenas iniciativas produtivas, pois representa a maior parcela da população, diversificando os setores de atuação e proporcionando ao empreendedor novas alternativas de rendimentos e melhorias na qualidade de vida.

Podemos dizer que até bem pouco tempo atrás, obter um financiamento era uma situação extremamente difícil, exigia-se uma série de procedimentos burocráticos, com uma vasta solicitação de documentos, que muitas vezes acabava no fracasso ou desistência por parte do candidato ao empréstimo. Uma das principais exigências é o comprovante de rendimentos, documento esse inexistente para os muitos trabalhadores que atuam na informalidade, embora possuam negócios tão rentáveis quanto qualquer outra empresa.

Os empreendedores de pequeno porte geralmente não dispõem de condições para atender as exigências dos agentes financeiros com relação à concessão de créditos que possibilitem a alavancagem de seus negócios, embora sejam comprovadamente bons pagadores, ou seja, se comprometem com as obrigações assumidas.

No intuito de atender a essa dificuldade de obtenção de créditos pelos pequenos empreendedores que não têm acesso aos bancos tradicionais é que surge a Organização de Microcrédito Solidário Crediconfiança, inaugurada no dia 31/08/2001, sendo a 13ª ONG a ser implementada no Estado, tendo como objetivo dar continuidade e complementar o trabalho realizado pelas demais instituições de microcrédito já operantes em Santa Catarina.

Assim sendo, a Crediconfiança proporciona a concessão de créditos, na sistemática simplificada, atendendo aos anseios de boa parte dos empreendedores que possuem sua atividade normalmente em condições, embora modestas, mas com dignidade e capacidade de geração de recursos que serão injetados na economia e beneficiarão os setores da indústria, comércio e prestação de serviços.

4.1 Funcionamento da Crediconfiança

A abrangência da Crediconfiança envolve atualmente 13 municípios, sendo eles: Alfredo Wagner, Águas Mornas, Anitápolis, Angelina, Garopaba, Leoberto Leal, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz e São José (onde se concentra a maioria dos clientes ativos).

O crédito de confiança – microcrédito é destinado a toda pessoa que trabalha por conta própria, micros e pequenas empresas, registradas ou não, que estejam em funcionamento há mais de seis meses.

É financiável: mercadorias, matéria-prima, máquinas, ferramentas, equipamentos, veículos utilitários, melhorias e/ou ampliações das instalações comerciais e conserto de equipamentos.

As prestações são fixas, sem taxa de abertura de crédito, o cliente não precisa abrir conta-corrente, sendo assim não paga CPMF, não tem taxa de vistoria, e o mesmo ainda escolhe a melhor data de pagamento. Cabe acrescentar que a pontualidade nos pagamentos gera benefícios futuros, ou seja, redução da taxa de juros de 2,9% para 2,7% ao mês.

O cliente deve cumprir algumas exigências impostas pela instituição que são elas: residir há mais de dois anos na cidade e ter endereço fixo, ter experiência na área de atuação, não ter restrições no SPC ou SERASA e apresentar um avalista ou garantia real.

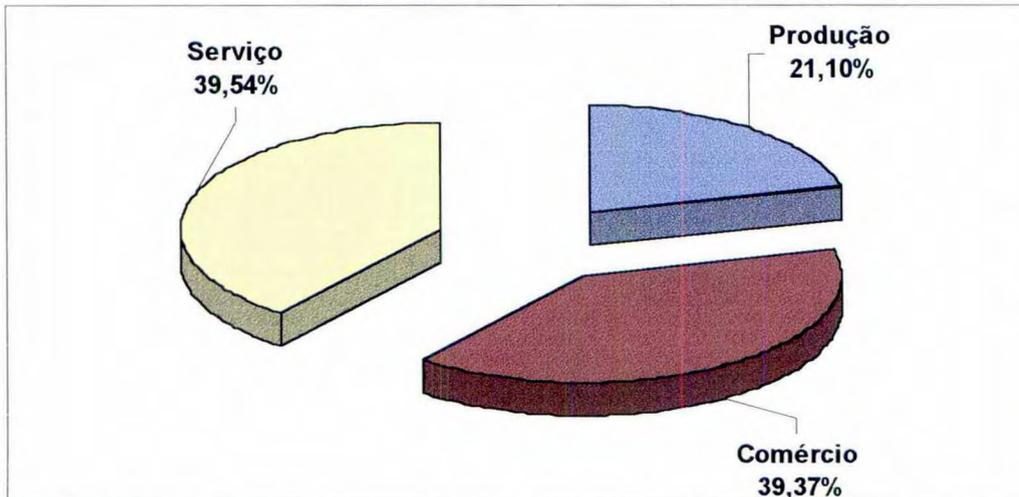
Os valores financiados estão entre R\$ 200,00 e R\$ 10.000,00, que devem ser pagos em prazos que variam de 1 a 24 meses, conforme o tipo de operação e capacidade de pagamento.

A documentação necessária no caso da obtenção de empréstimo por parte de empresas consiste em: Contrato Social e alterações atuais, Cartão CNPJ, Identidade, CPF e comprovante de residência do responsável e sócios. Se o empréstimo for destinado à pessoas físicas, apenas Identidade, CPF e comprovante de residência devem ser apresentados. No que se refere aos avalistas, os mesmos devem conter: Identidade, CPF, comprovante de residência e também o comprovante de rendimentos.

O microcrédito na região apresenta os seguintes dados: o total contratado até 30 de junho de 2004 foi de R\$ 4.605.606; o número de operações realizadas foi 1.564 e com valor médio por operação: R\$ 2.945, apresentando uma taxa de inadimplência de 6,53% até 31/05/2004. (BADESC, junho de 2004).

4.1.2 Demanda por atividade

As atividades econômicas atendidas pela Crediconfiança, são as mais variadas correspondendo em sua maioria à dois segmentos, o de serviços com 39,54% dos recursos financiados, e o do comércio com 39,37%. O setor da produção também recebe uma parcela considerável dos empréstimos concretizados pela Crediconfiança, atingindo 21,1% dos recursos.

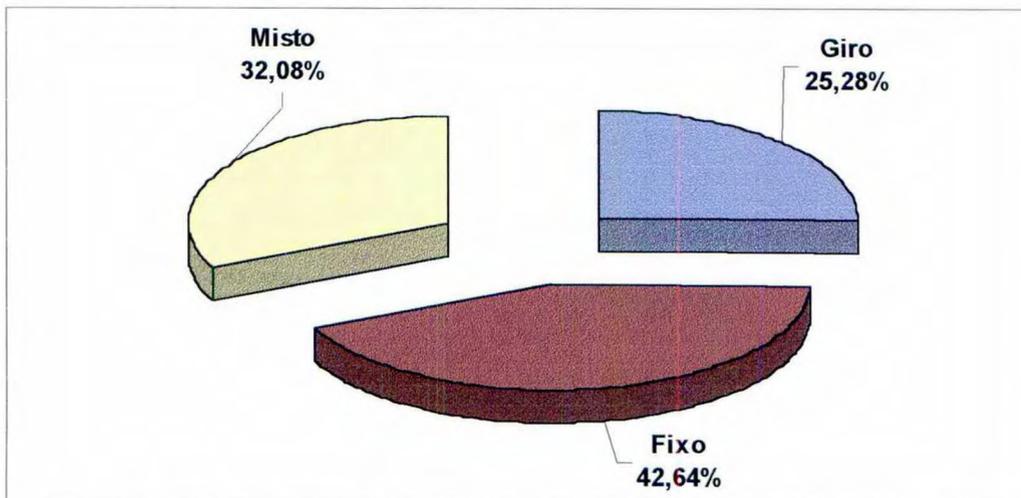
Gráfico 1 – Setores econômicos atendidos

Fonte: BADESC – Resultados Consolidados do Programa Crédito de Confiança 06/2004.

Por tratar-se de uma região com um considerável número de empresas, a produção é concentrada nestas firmas, sendo atendidas por agentes financeiros com linhas de crédito maiores. Deste modo com um comércio local bem desenvolvido e um papel importante ocupado pela prestação de serviços, percebe-se porque os dois setores juntos ocupam quase 80% dos recursos financiados.

4.1.3 Utilização do financiamento

A realização de empréstimos para compra de máquinas ou equipamentos, reformas e ampliações direcionadas à atividade realizada vem sendo a mais procurada, como pode ser verificado no gráfico a seguir, onde aparece com 42,64% do total dos financiamentos. A concretização de financiamentos para a aquisição de mercadorias, matéria-prima e estoque, considerada giro na instituição analisada, é de 25,28% do total investido. A junção desta demanda verificada, ou seja, o capital misto, recebe uma parcela bastante considerável de 32,08% do total

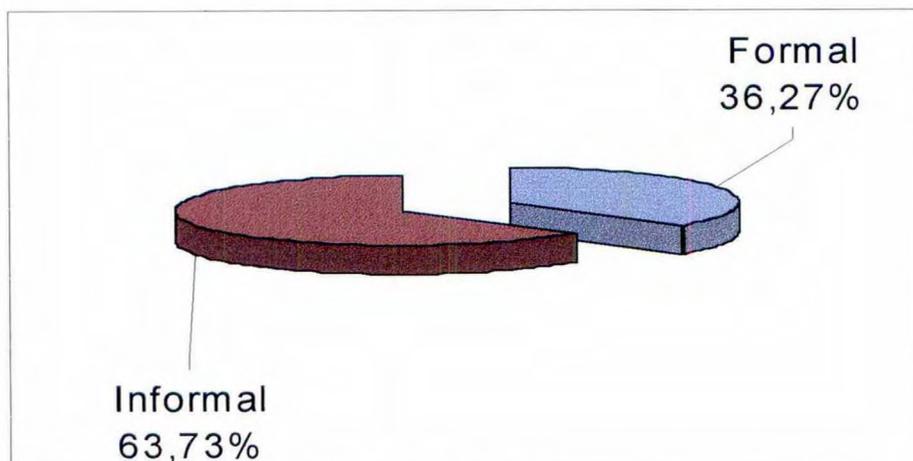
Gráfico 2 – Emprego do financiamento

Fonte: BADESC – Resultados Consolidados do Programa Crédito de Confiança 06/2004.

Diante deste quadro, é constatado que a maioria dos pequenos negócios funcionam junto à residência do proprietário, pois verifica-se que os investimentos para a área fixa – reforma e ampliações das atividades é a mais procurada. A aquisição ou conserto de máquinas e equipamentos também fazem parte desse investimento fixo, ocasionando assim o aumento da produção e uma maior qualidade nos produtos e serviços ofertados.

4.1.4 Constituição dos clientes

Sabemos que o microcrédito é fornecido na maioria das vezes para os negócios que estão na informalidade, e foi realmente isto que se verificou, pois 63,73% dos valores financiados são destinados à empresas informais, e apenas 36,27% são fornecidos às empresas formais.

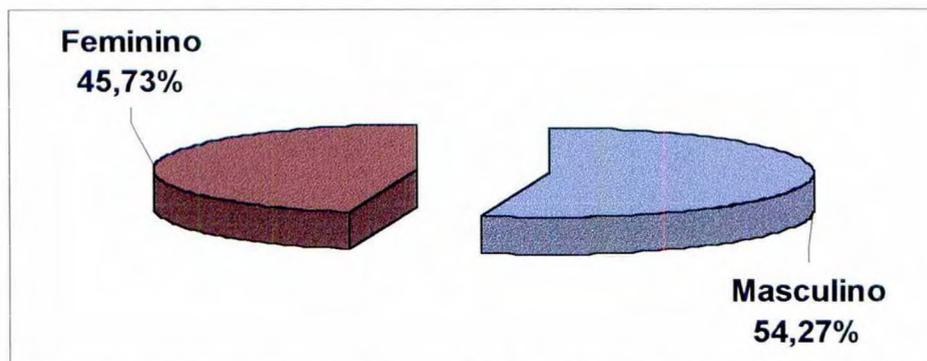
Gráfico 3 – Atuação do tomador de crédito

Fonte: Crediconfiança 31/10/2004. (não publicado)

Diante da situação econômica enfrentada pelos pequenos negócios, é justificável o número de empresas não registradas que procuram o microcrédito por este apresentar uma taxa de juros mais baixa, ser um sistema menos burocrático e apresentar flexibilidade no que se refere às garantias.

4.1.5 Gênero dos tomadores

O microcrédito nos países mais pobres do mundo é fornecido principalmente às mulheres, no entanto na região de São José (SC), onde foram analisados os dados, verifica-se exatamente o contrário, devido às grandes dificuldades que as mulheres encontram de participarem nas decisões dos negócios na mesma igualdade de direito que os homens.

Gráfico 4 – Gênero do tomador

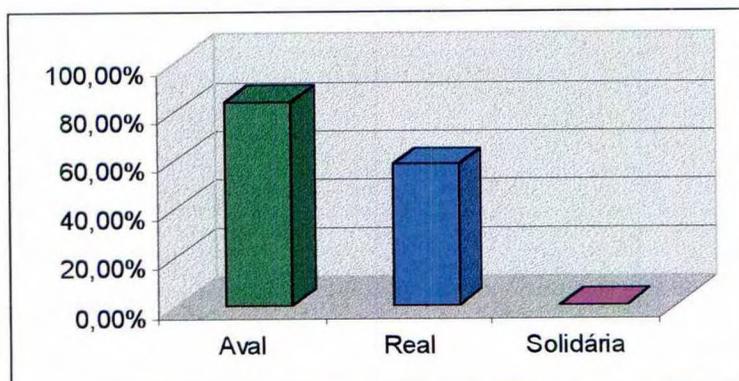
Fonte: BADESC – Resultados Consolidados do Programa Crédito de Confiança 06/2004.

Diante de dados verificados do passado, onde a diferença entre homens e mulheres que tomam conta de seus negócios era maior, constatou-se que hoje este vem diminuindo. Porém, a região apresenta um grande volume de empreendimentos que são administrados pela mulher e na contratação do empréstimo este é realizado em nome de uma pessoa do sexo masculino que também trabalha na empresa.

4.1.6 Garantias

Em vários países onde o microcrédito tem suas raízes, a forma de garantir o crédito é através do aval solidário, onde um determinado número de pessoas interessados no crédito fazem um grupo e confiam assinando entre si os empréstimos. Já na região analisada, a forma mais utilizada de garantir os empréstimos é a utilização do aval simples, representada por 83,96% das operações; a garantia real também atinge um número considerável, cerca de 58,10%; com o aval solidário alcançando apenas 0,22%. Cabe acrescentar que muitos clientes se utilizam de dois tipos de garantias para obter o empréstimo, ou seja, além do avalista apresentam também garantias reais, por isso o valor dos percentuais ultrapassa os 100%.

Gráfico 5 – Formas de garantir o crédito



Fonte: Crediconfiança 31/10/2004. (não publicado)

Como na maioria das entidades do gênero, a Crediconfiança não exige garantias reais do cliente, trabalhando com sistema de aval, que geralmente é fornecido por amigos ou pessoas conhecidas do candidato ao crédito.

4.2 Análise dos resultados da pesquisa

Devido a atual situação econômica e social enfrentada pelos brasileiros, onde apenas 30% dos habitantes possuem conta bancária, e a maioria da população encontra-se na escala de produção e consumo, estima-se que pouco mais de 20% dos brasileiros tenham acesso às linhas de crédito tradicionais. São empreendedores que, no entanto, não deixam de ter alternativas de renda, e não possuem desenvolvimento maior por falta de ter quem acredite neles e conceda crédito para investimento.

Estima-se que 25% da população economicamente ativa tenha como principal fonte de trabalho e renda o pequeno negócio. São atividades realizadas com força de vontade, geralmente por pessoas com baixo grau de escolaridade que encontram dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho formal.

É com o apoio de instituições como a Crediconfiança que essas pequenas empresas ou trabalhadores autônomos conseguem obter financiamentos que possibilitem o crescimento de seus próprios negócios.

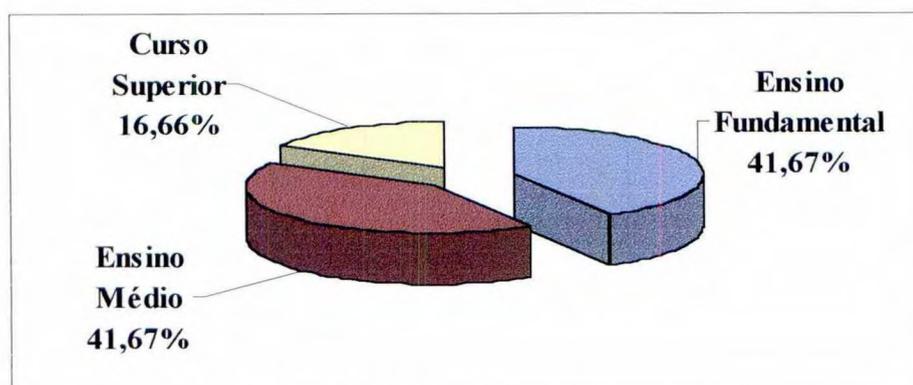
Estes pequenos empreendedores acabam gerando renda para si e também o sustento de seus familiares, como também proporcionam o emprego de pelo menos mais um trabalhador em seu empreendimento.

Para avaliação do microcrédito na manutenção e geração de empregos locais, foi aplicado um questionário durante o mês de novembro deste ano, à 24 empresas localizadas no município de São José (conforme anexo n.º 03). As empresas foram escolhidas aleatoriamente. Este número de 24 foi definido conforme fórmula apresentada na metodologia, possibilitando uma margem de erro de 20%.

4.2.1 Nível de escolaridade

Com relação ao grau de escolaridade dos clientes da Crediconfiança, 10 empreendimentos, ou seja, 41,67% dizem possuir apenas o Ensino Fundamental, outras 10 empresas atingindo também 41,67% possuem o Ensino Médio e a minoria cerca de 16,67% têm curso superior.

Gráfico 6 – Nível de escolaridade



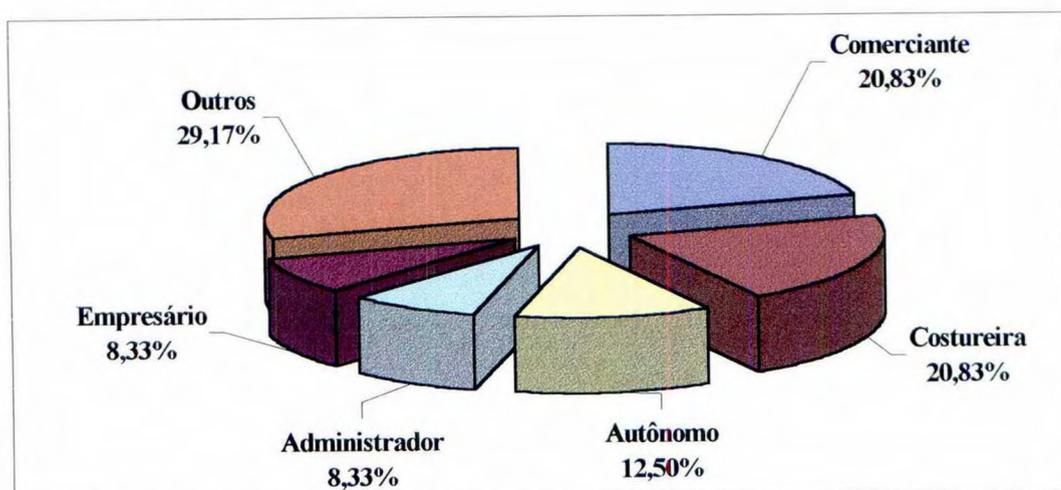
Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Pode-se constatar que no Brasil a maioria da população ainda não têm acesso ao Ensino Superior, fazendo com que o número de pessoas que trabalhem por conta própria aumente cada vez mais, pois esta seria a única maneira na maioria dos casos de propiciar a estas pessoas à inserção no mercado de trabalho.

4.2.2 Profissão

No que diz respeito às profissões exercidas pelos clientes da instituição, foi constatado que a maioria atua em áreas ligadas ao comércio, ou seja, mais de 50% dos entrevistados trabalham diretamente na comercialização de produtos ou na venda dos mesmos.

Gráfico 7 – Profissões exercidas

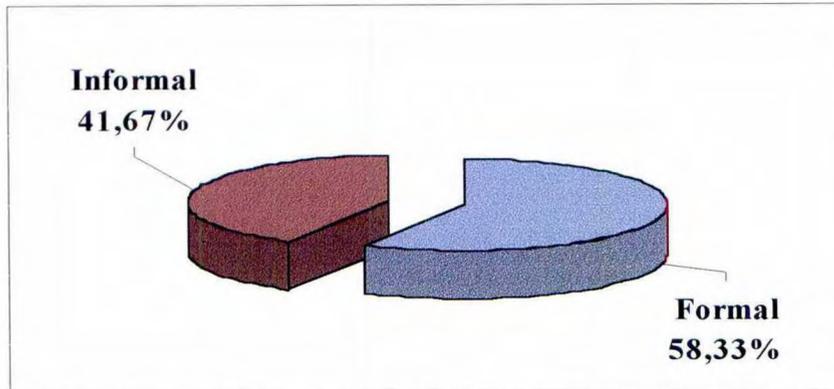


Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Em complemento aos dados anteriores referentes ao grau de escolaridade, percebemos que apenas 8,33% dos entrevistados possuem o terceiro grau e atuam como administradores, logo a grande maioria desenvolvem tarefas mais simples e por consequência menos rentáveis.

4.2.3 Constituição da empresa

Perguntado sobre o estado de seu negócio, 14 clientes responderam que sua atividade é formal (registrada), outros 10 responderam que trabalham na informalidade.

Gráfico 8 – Constituição das atividades

Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo

O número de empresas que buscam ingressar no mercado de trabalho através da prestação de serviços para as empresas de grande porte ou públicas, tem aumentado significativamente, pois o prestador de serviços necessita fornecer a nota fiscal para que o serviço possa ser contabilizado, o que justifica os 58,33% dos tomadores de crédito possuírem empresa registrada.

4.2.4 Número de empregados

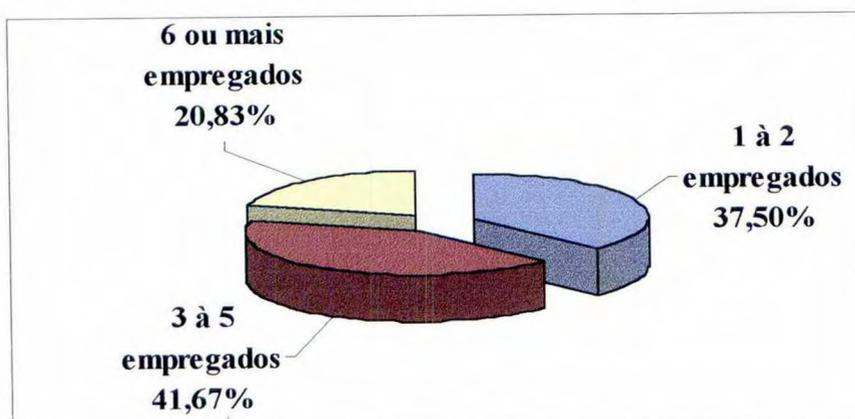
Analisando as respostas obtidas a partir do questionamento a respeito do aumento do número de funcionários a partir do empréstimo, constatou-se que em 45,83% das empresas houve este aumento, nas outras 54,17% não, porém não houve redução no quadro, que já é um fator positivo. Verificando-se o quadro de funcionários de cada pequeno empreendimento pode-se constatar que houve uma mudança significativa no mesmo após a obtenção do empréstimo, pois o número total de funcionários antes do empréstimo que era de 55 passou para um total de 80 após os empréstimos. Nos gráficos 9 e 10 teremos a evolução do número de empregados anterior e posterior ao financiamento, demonstrando o aumento que as empresas puderam realizar em seu quadro de funcionários com ajuda dos financiamentos.

Gráfico 9 – Número de empregados antes do empréstimo



Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Gráfico 10 – Número de empregados após o empréstimo



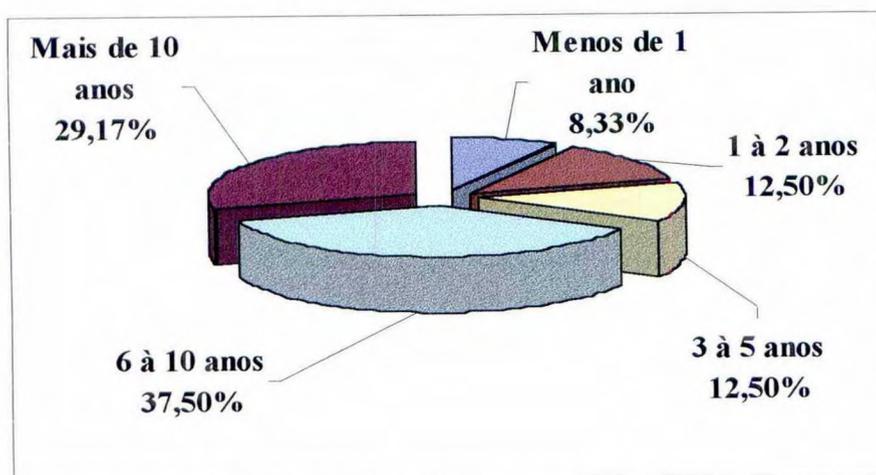
Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Ao compararmos os dois gráficos anteriores percebemos claramente a importância do microcrédito na manutenção e geração de empregos. Um dado muito relevante é o aumento em 20,83% das empresas que possuem 6 ou mais funcionários, sendo que este percentual antes do empréstimo era de 0%, ou seja, não existia. Cabe lembrar aqui que muitas das empresas já tinham obtido mais de um empréstimo, o que quer dizer que este aumento vem sendo acumulado desde um certo período.

4.2.5 Tempo de atuação em determinada atividade

Ao perguntarmos sobre o tempo que cada indivíduo exercia determinada atividade apenas constatamos que o microcrédito realmente é utilizado por pessoas que já desenvolvem algum tipo de atividade há um período considerável, mesmo porquê só tem acesso a este financiamento quem comprovar que já exerce alguma atividade há mais de 6 meses pelo menos.

Gráfico 11 – Tempo de atuação

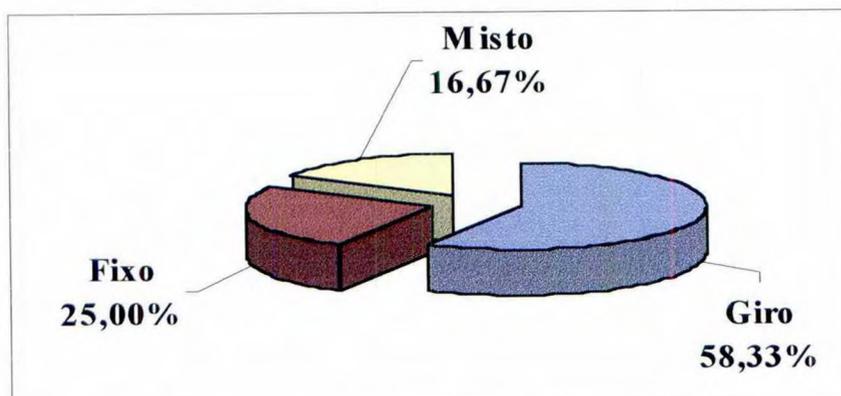


Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Verifica-se que mais de 60% dos empreendedores desempenham suas atividades há pelo menos 6 anos, fator este que proporciona credibilidade ao clientes em potencial, pois se já atuam em determinada área há tanto tempo é sinal de que são competentes e sabem o que estão fazendo.

4.2.6 Destino do empréstimo

A realização de empréstimos para aquisição de mercadorias, matéria-prima e estoque considerada giro é a mais utilizada na instituição analisada, atingindo cerca de 58,33% do total financiado, o investimento fixo – compra de máquinas e equipamentos, reformas e ampliações é o segundo mais procurado com 25%, deixando por último o misto que vem a ser a junção dos dois com 16,67%.

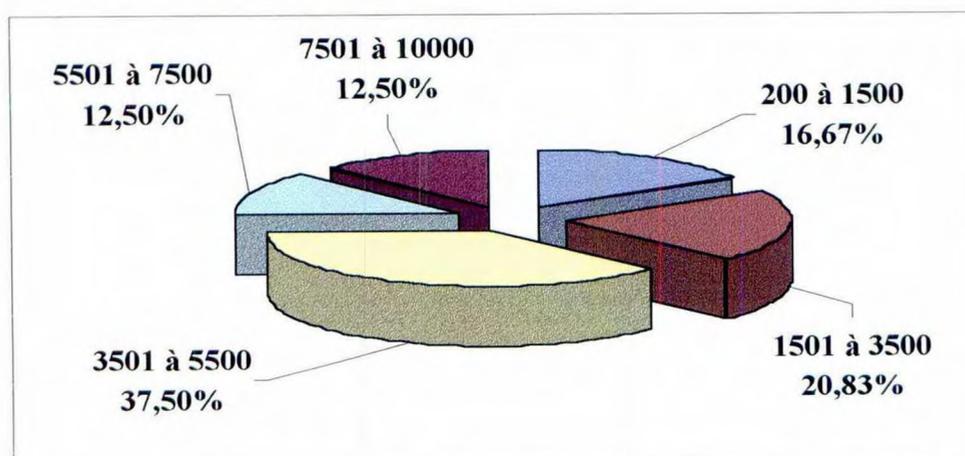
Gráfico 12 – Utilização do financiamento

Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Conforme constatado anteriormente que a maioria das empresas atua na área de produção de bens e mercadorias ou na comercialização das mesmas, justifica-se o fato de 58,33% dos empréstimos destinarem-se ao capital de giro.

4.2.7 Valor do financiamento

No que diz respeito aos valores financiados em Reais, respeitando o valor mínimo de R\$ 200,00 e máximo de R\$ 10.000,00, percebemos que os valores menores, ou seja, até R\$ 5.500,00 são os mais utilizados, atingindo mais de 70% do total.

Gráfico 13 – Valores financiados (R\$)

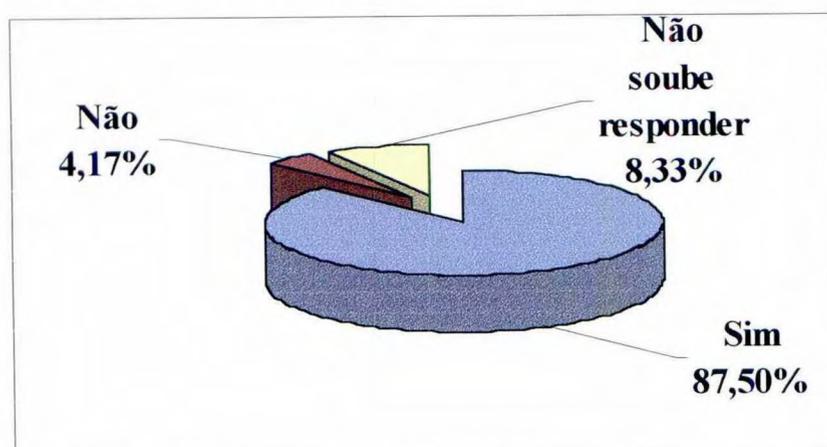
Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Cabe destacar que é a partir da visita dos agentes de crédito que esses valores são estipulados, isto é, eles fazem todo um levantamento sócio econômico do negócio, para chegar a um valor que satisfaça as necessidades do futuro cliente.

4.2.8 Interesse em expansão

A grande maioria das empresas pesquisadas demonstrou interesse em aumentar seu empreendimento atingindo 87,50% do total pesquisado, isso nos reforça a idéia de que cada microempresário tem um espírito empreendedor muito forte, e que para eles a expansão do pequeno negócio é fundamental.

Gráfico – 14 Expansão do empreendimento



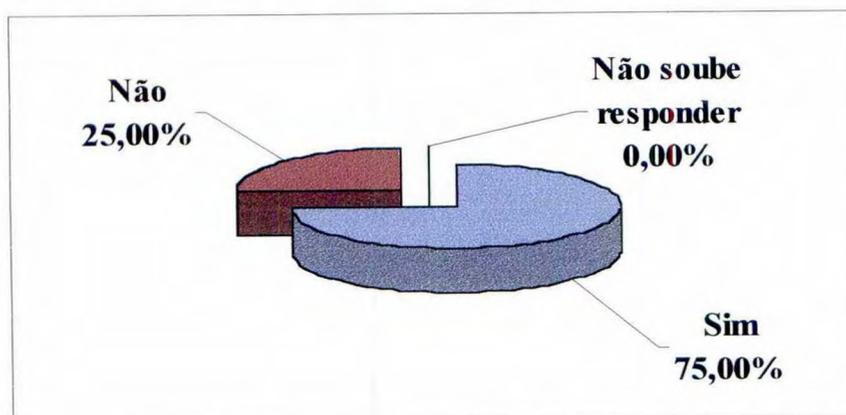
Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo

Esse interesse por parte dos entrevistados em expandirem seus negócios está interligado ao microcrédito, que os proporciona o direito de concretizar suas expectativas através de seus empréstimos. Sempre lembrando que o sucesso do empreendimento é a meta almejada por todos os proprietários de pequenas ou grandes empresas.

4.2.9 Aumento do faturamento

Em relação ao aumento do faturamento após a obtenção do empréstimo, 75% das empresas responderam positivamente, o restante, 25% não constatou esse aumento nem tão pouco queda em seus rendimentos.

Gráfico 15 – Elevação do faturamento após empréstimo



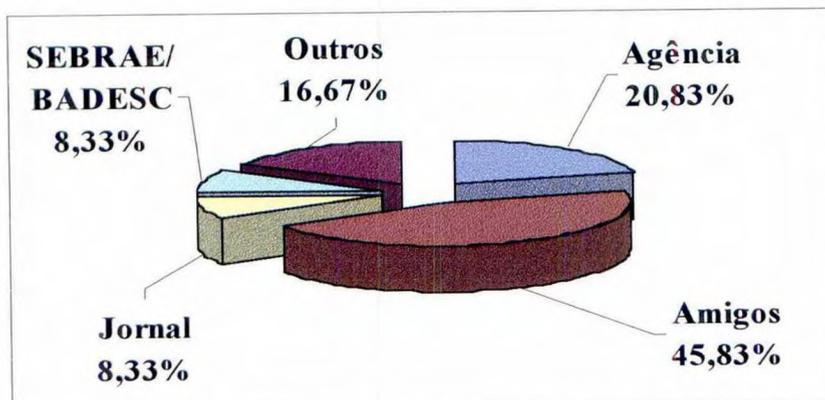
Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

A partir da constatação acima confirmamos a idéia de que o microcrédito, além de manter e gerar emprego, proporciona também aumento na renda.

4.2.10 Conhecimento da Agência Crediconfiança

Ao perguntarmos sobre como as empresas pesquisadas chegaram ao microcrédito, verificamos que o famoso “boca à boca”, ainda é o método mais eficaz, pois 45,88% dessas empresas, tomou conhecimento de tal tipo de crédito através de amigos que já o utilizaram.

Gráfico 16 - Canal utilizado pelos clientes para chegarem ao microcrédito



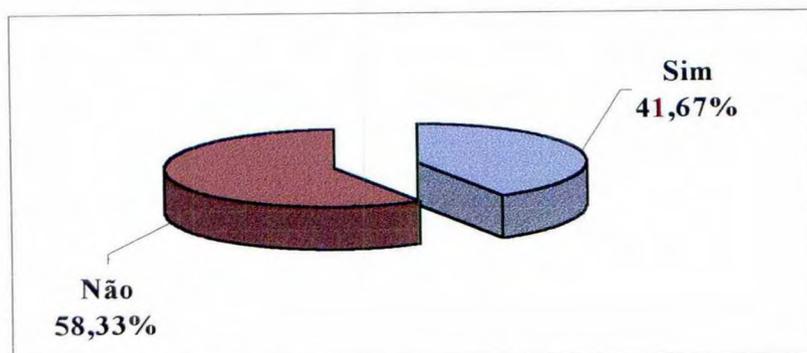
Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Cabe ressaltar que ainda falta divulgação desse tipo de crédito por parte do governo bem como da mídia, pois apenas 16,66% chegaram ao microcrédito por esses canais.

4.2.11 Obtenção do primeiro empréstimo

Do total pesquisado, 54,17% responderam que já pegaram outros empréstimos com a agência analisada, e as demais estavam em seu primeiro financiamento, ou seja, 45,83%

Gráfico 17 – Primeiro empréstimo



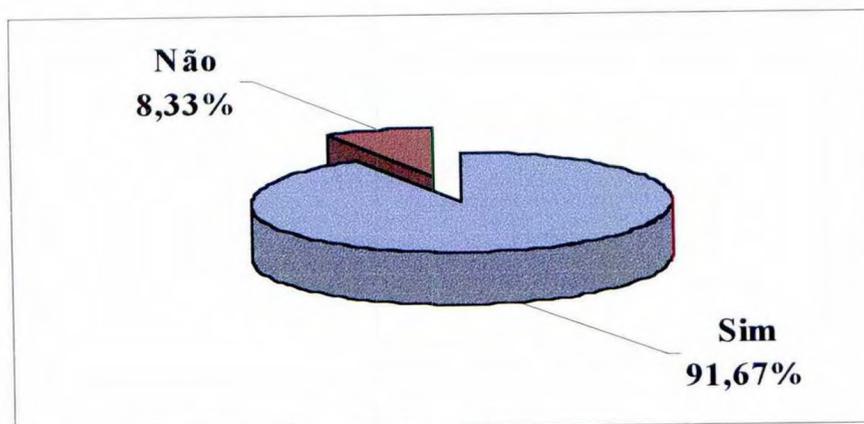
Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Esse dados comprovam a eficácia de tal financiamento, pois mais da metade já contraiu dois ou mais empréstimos com a instituição.

4.2.12 Obtenção de novos empréstimos

Em relação às empresas contraírem novos empréstimos junto à instituição, os resultados foram quase unânimes, ou seja, 91,67% responderam que teriam intenção de pegar empréstimos novamente com a Crediconfiança. Apenas duas empresas, 8,33% do total não teriam essa intenção, justificando que os valores oferecidos eram pequenos diante das necessidade por eles apresentadas.

Gráfico – 18 Interesse na obtenção de novos empréstimos

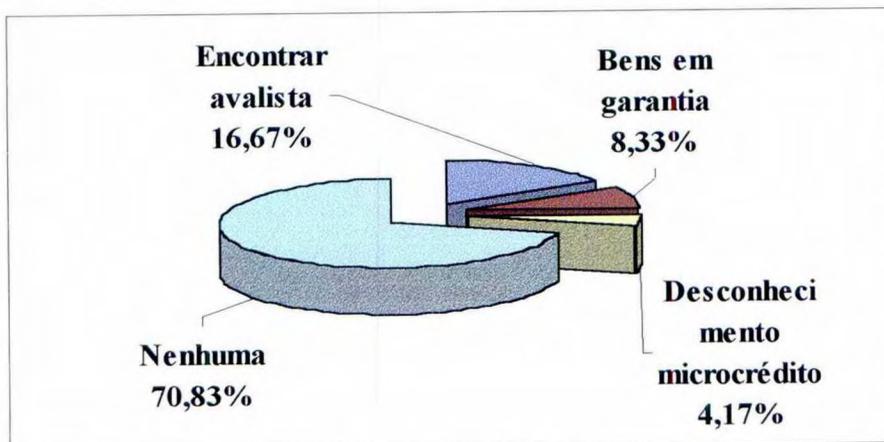


Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Com relação à grande maioria que respondeu afirmativamente à obtenção de novos empréstimos, as justificativas mais citadas foram: primeiramente os juros menores, burocracia compatível com a situação das empresas e por fim o bom atendimento proporcionado principalmente pelos agentes de crédito em suas visitas.

4.2.13 Dificuldades durante a obtenção do empréstimo

Contrariando um pouco o que se houve falar a respeito das dificuldades encontradas pelos clientes em potencial, 70,83% responderam que não tiveram nenhuma dificuldade no momento do financiamento, número esse devido principalmente ao fato de a própria família servir de avalista na hora de finalizar o empréstimo.

Gráfico 19 – Dificuldades durante financiamento

Fonte: Elaboração própria, através de pesquisa de campo.

Porém é válido lembrar que encontrar avalista e oferecer bens em garantias somam juntas 25% das maiores dificuldades apresentadas pelas empresas, número este que deve servir de alerta às instituições de microcrédito, já que as mesmas têm como principal função resgatar os excluídos do sistema bancário tradicional.

5. CONCLUSÃO

Nas últimas décadas a realidade brasileira vem apresentando uma forte tendência à redução dos postos de trabalho e uma crescente informalidade da mão-de-obra. Esta situação não é recente, porém vem se agravando nos últimos tempos. Para reverter este quadro, iniciou-se no Brasil, a partir da década de 80, um movimento que consiste em conceder crédito para a população microempreendedora de baixa renda, através de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e alguns bancos comerciais. Foi assim que o microcrédito instaurou-se no Brasil, e vem mobilizando diversas instituições e organizações de todo o mundo para reverter o processo de pobreza e inserir a população no mercado consumidor e produtivo.

O microcrédito chega a ser um desafio, como também uma resposta à realidade nacional, agindo de maneira eficaz na melhoria das condições sociais, bem como na forma de concessão de crédito à população pobre, diferindo em alguns pontos do sistema de crédito convencional (principalmente no que se refere à burocracia e a exigência de garantias), sem assistencialismo ou dependência exclusiva de recursos públicos.

Dentre os muitos exemplos que constata a benéfica atuação do microcrédito, estudou-se e analisou-se a Agência Crediconfiança, onde se pode verificar que sua atuação proporcionou a manutenção e geração de empregos locais no município de São José. Com um valor aplicado de R\$ 4.065.606 a agência em seus mais de 32 meses de atuação, manteve 3.120 postos de trabalho gerando outros 190 até meados de 2004, realizando mais de 1500 operações.

A amostra colhida junto à sua clientela, demonstrou também que cerca de 75% das empresas obteve aumento em seu faturamento após o empréstimo, e outras 46% puderam ampliar o número de empregados, passando de um total de 55 funcionários para 80, ou seja, 25 postos de trabalho foram criados a partir do microcrédito. Cabe acrescentar ainda que mais de 90% têm intenção de contrair novos empréstimos com a instituição, fatores estes que reafirmam a importância da mesma como fornecedora de crédito aos excluídos do sistema bancário tradicional.

Pode se concluir através da pesquisa que os microempreendedores têm conhecimento sobre como fazer negócios em sua economia local, possuindo normalmente uma enorme experiência no ramo, ou seja, mais de 60% dos entrevistados estão há mais de 6 anos desenvolvendo o mesmo tipo de atividade, proporcionando assim uma maior segurança aos fornecedores desse tipo de financiamento.

O estudo realizado concluiu ainda que a economia local apresenta maior demanda por investimentos de pequeno valor na área do comércio, pouco incentivada pelos bancos privados, dessa forma torna-se viável o trabalho com esses pequenos empreendedores. Além disso, constatou-se que a maior parte dos financiamentos foram destinados ao capital de giro – compra de insumos que incrementam e aumentam a produção, pois possibilitam um maior desconto na ato da compra e também uma maior quantidade pode ser adquirida.

Finalizo este trabalho ressaltando novamente a importância do microcrédito, só que agora com palavras do professor Yunus que, com muita força e coragem, e através de pequenos financiamentos, combateu a pobreza do local onde morava, fazendo com que essa idéia se espalhasse pelo mundo inteiro:

Estou profundamente convencido de que poderemos livrar o mundo da pobreza se estivermos determinados a isso. Essa conclusão não é fruto de uma esperança crédula, mas o resultado concreto da experiência que adquirimos em nossa prática do microcrédito. (YUNUS, 2000, p. 9)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDE. **A prática nas instituições de fomento.** *Revista Rumos.* V. 27, n. 208, p. 40-43, mai. 2003.

AMADEO, E. Mercado de Trabalho Brasileiro: rumos, desafios e o papel do ministério do trabalho. In: POSTHUMA, C. (org). **Abertura e ajuste no mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade.** Brasília: OIT e MTE; São Paulo: ed.34, 1999. P. 35-60.

AZEVEDO, Pedro Wagner de. **Microfinanças para Arranjos e Sistemas produtivos de Micro e Pequenas Empresas.** Editora Athalaia, 2002.

BADESC. **Microcrédito auxilia na inclusão econômica e social.** Disponível em: <http://www.badesc.gov.br>. Acessado em 13 set 2004.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 4. Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 338 p.

BNDES. **Portal do Microcrédito.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acessado em 01 abr 2004.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa de Microcrédito no Brasil.** Brasília: Editora Positiva, 2002.

CREDICONFIANÇA. Agência de Microcrédito. São José, 2004.

FERNANDES, Tatiana. **O microcrédito como uma alternativa de acesso ao crédito.** 2004. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de Monografias.** São Paulo: Atlas, 2000. 217 p.

GOLDMARK, Lara Kross. **A situação das Microfinanças no Brasil.** Projeto BNDES – BID de microfinanças. Rio de Janeiro: 2000.

KWITO, Evanda Evai Burtet. **Manual para formação de Agente de Crédito.** Vol. 2. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

LUCIO, Maurício Chagas. **Desemprego – Realidade Nacional.** Trabalho de Conclusão, Escola de Formação Política Ulysses Guimarães – SC, 2003.

MAGER, Carla. Santa Catarina investe nos pequenos. Revista Rumos, Rio de Janeiro, v.28, n.212, p. 10-15, nov/dez. 2003. 231p.

MATTA, Hélio Pinheiro da. **A contribuição na renda e no emprego para a região de Blumenau a partir da criação da Instituição Comunitária de Crédito Blumenau – Solidariedade (ICC Blusol – Banco do Povo.** 2004. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. In. PEREIRA, Laércio Barbosa. **A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI.** Florianópolis, 2001. p. 29-47.

OLIVEIRA, Marines R. **Abertura econômica e desemprego.** Disponível em: <http://www.economiabr.net>. Acessado em 15 set 2004.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: Saiba o que é um banco do povo.** Brasília: AED, 2002. 192 p. Coleção Prazer em Conhecer; v.1.

SACHET, Celestino; WATERKEMPER, Margaret; SACHET, Sérgio. **A vitória do Crédito de Confiança: o microcrédito em Santa Catarina.** 1. ed. Florianópolis: BADESC, 2001.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho: Desenvolvimento Humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequenos porte.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 200 p.

SANTOS, Carlos A. **Microcrédito: notas sobre as características da demanda.** Revista Políticas Sociais, Acompanhamento e análise. IPEA. Vol.4, ano 3, p.119-128, Fev 2002.

SEBRAE. **Como obter crédito e capital: o que é microcrédito.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acessado em 01 abr 2004.

SEBRAE. **Programa Crédito de Confiança.** Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br>. Acessado em 29 jun 2004.

SENNA, Thais. **Investimento social, o cifrão que remove diferenças.** Revista Rumos, Rio de Janeiro, v.28, n.213, p. 26-38, jan/fev. 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres.** São Paulo: Editora Ática, 2000. 343 p.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado aos clientes da Crediconfiança

01 – Escolaridade: (indicar o grau de escolaridade, se completo ou incompleto e no caso de curso superior citar)

.....
.....

02 – Profissão:

.....

03 - Tipo de Negócio:

Formal Informal

04 – Número de Empregados:

.....

05 – Tempo de atuação neste tipo de atividade:

.....

06 – O Empréstimo destinou-se a :

capital de giro capital fixo misto

07 – Qual o valor financiado em Reais?

- 200 até 1.500
 1.501 até 3.500
 3.501 até 5.500
 5.501 até 7.500
 7.501 até 10.000

08 – Há interesse em aumentar o seu empreendimento?

Sim Não não soube responder

09 – Após o financiamento aumentou o faturamento?

Sim Não não soube responder

10 – Com a obtenção do empréstimo o número de empregados aumentou?

Sim Não

11 – Caso afirmativo, quantos empregados tinha antes do empréstimo e quantos têm agora?

.....

12 – Como tomou conhecimento da Crediconfiança?

- Procurou a Agência Indicação amigos Jornal
 Indicação SEBRAE/BADESC outro Qual?.....

13 - Foi o seu primeiro empréstimo com esta instituição?

- Sim Não

14 - Tem intenção de obter novos empréstimos com a Crediconfiança?

- Sim Não

Por que?

.....
.....
.....

15 – Quais as dificuldades encontradas durante o processo de financiamento:

- encontrar avalista
 oferecer bens em garantia
 restrição cadastral
 localização da instituição
 desconhecimento do programa de microcrédito
 nenhuma

Anexo 2 – Tabulação do questionário “A contribuição do microcrédito na geração de empregos”

1. Indicar o grau de escolaridade

ESCOLARIDADE	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Ensino Fundamental	10	41,67%
Ensino Médio	10	41,67%
Superior	4	16,66%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

2. Profissão

PROFISSÃO	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Comerciante	5	20,83%
Costureira	5	20,83%
Autônomo	3	12,50%
Empresário	2	8,33%
Administrador	2	8,33%
Outros	7	29,17%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

3. Tipo de negócio

SITUAÇÃO	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Formal	14	58,33%
Informal	10	41,67%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

4. Número de Empregados antes do empréstimo

Nº DE TRABALHADORES	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
1 à 2	15	62,50%
3 à 5	09	37,50%
6 ou mais	00	0%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

5. Tempo de atuação na atividade

Nº ANOS	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
6 meses a 1 ano	2	8,33%
Mais de 1 ano à 2	3	12,50%
3 à 5 anos	3	12,50%
6 à 10 anos	9	37,50%
Mais de 10 anos	7	29,17%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

6. Destino do Empréstimo

TIPO DE CAPITAL	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Giro	14	58,33%
Fixo	6	25%
Misto	4	16,67%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

7. Valor do financiamento em Reais

VALOR R\$	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
200 a 1.500	4	16,67%
1.501 a 3.500	5	20,83%
3.501 a 5.500	9	37,50%
5.501 a 7.500	3	12,50%
7.501 a 10.000	3	12,50%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

8. Interesse em aumentar empreendimento

INTERESSE EM EXPANSÃO	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Sim	21	87,50%
Não	1	4,17%
Não soube responder	2	8,33%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

9. Houve aumento no faturamento após o financiamento

MAIOR FATURAMENTO	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Sim	18	75%
Não	6	25%
Não soube responder	0	0%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

10. Houve aumento no número de empregados

MAIOR FATURAMENTO	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Sim	11	45,83%
Não	13	54,17%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

11. Número de Empregados depois do empréstimo

Nº DE TRABALHADORES	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
1 à 2	09	37,50%
3 à 5	10	41,67%
6 ou mais	05	20,83%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

12. Como tomou conhecimento da Crediconfiança

CONHECIMENTO	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Procurou Agência	5	20,83%
Indicação de amigos	11	45,83%
Jornal	2	8,33%
SEBRAE/BADESC	2	8,33%
Outros	4	16,67
TOTAL OBSERVADO	24	100%

13. Se foi o primeiro empréstimo

1º EMPRÉSTIMO	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Sim	10	41,67%
Não	14	58,33%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

14. Se tem intenção de obter novos empréstimos

NOVOS EMPRÉSTIMOS	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Sim	22	91,67%
Não	02	8,33%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

15. Dificuldades encontradas durante o financiamento

DIFICULDADES	Nº RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
Encontrar avalista	4	16,67%
Oferecer bens em garantia	2	8,33%
Desconhecimento do programa	1	4,17%
Nenhuma	17	70,83%
TOTAL OBSERVADO	24	100%

Anexo 03 - Lista de Empresas entrevistadas

- 01. Alécio Hoffman Me (consertos em geral)**
- 02. Ana de Souza Felipe (costureira)**
- 03. Antônio Sobis (mecânico)**
- 04. Banca de Revista Astral Ltda Me**
- 05. Bureau Cópias e Documentos Ltda Me**
- 06. Cantinho do Salgado Ltda Me**
- 07. Cláudio Hoffmann (agricultor)**
- 08. Débora Silveira Cargin (costureira)**
- 09. Élbio da Silva Pires (contabilista)**
- 10. Elemar Guido Stockmann (marceneiro)**
- 11. Érica Goetten (costureira)**
- 12. Fernando Brasil Me (guincho/guindaste)**
- 13. Florink Artigos para Informática Ltda**
- 14. Giselle Regina da Costa (bar)**
- 15. Ivone Capitano (costureira)**
- 16. Leda Wulff Me (estética)**
- 17. Loinha Favero da Silva (confecção)**
- 18. Luiz Henrique Silveira Me (vidraçaria)**
- 19. Miana Comércio de Cerâmicas Ltda Me**
- 20. Nelson Ferreira Leite (confecção)**
- 21. Ritter Convertedora de Veículos a Gás Natural**
- 22. Sandra Mara Possas (costureira)**
- 23. Sônia Aparecida Putzel Rodrigues (doceira)**
- 24. Sônia Terezinha Leonida Me (brinquedos)**

Anexo 4 - LEI No 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX - as organizações sociais;
- X - as cooperativas;
- XI - as fundações públicas;
- XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
- Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configurasse mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.
- Art. 4o Atendido o disposto no art. 3o, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:
- I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;
- III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;
- V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;
- VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;
- VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:
- a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões

negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de diretoria ou conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio a qualquer título. (Parágrafo incluído pela Mpv nº 37, de 8.5.2002)

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. (Redação dada pela Lei nº 10.539, de 23.9.2002)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, o prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;

II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;

III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II - DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001)

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Anexo 05 - Resultados Consolidados do Programa Crédito de Confiança
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S A - BADESC
GEMIC - GERÊNCIA DE MICROCRÉDITO

ORGANIZAÇÕES / ATUAÇÃO		BANCO DA FAMÍLIA	BANCO DO EMPREENDEDOR	CREDIOESTE	CREDISOL	BAPEM	PLANORTE	EXTRACREDI	CASA DO EMPREENDEDOR	BANCRI	CRECERTO	CASA DO MICROCRÉDITO	ACREVI	PROFOMENTO	CREDI-CONFIANÇA	ACREDITE	CREDIVALE	TOTAL
MUNICÍPIO	LAGES	F.POLIS	CHAPECÓ	CRICIÚMA	CAÇADOR	CANOINHAS	SÃO MIGUEL D'OESTE	JOINVILLE	ITAJAÍ	CONCÓRDIA	TUBARÃO	JARAQUÁ DO SUL	BRUSQUE	SÃO JOSÉ	RIO DO SUL	BLUMENAU		
MESES DE ATUAÇÃO	mês	69	55	55	53	45	50	47	47	46	37	37	22	23	32	30	30	
APLICAÇÃO																		
Nº DE OPERAÇÕES	Nº	12.132	3.498	2.659	3.164	3.498	1.666	2.291	4.012	3.410	2.516	1.942	1051	1121	1.564	748	1.484	46.736
Nº DE OPERAÇÕES MÊS	Nº	567	102	52	39	92	38	21	119	69	91	70	50	47	50	24	59	1.480
TOTAL CONTRATADO	R\$	16.832.731	10.883.700	6.792.454	11.427.601	8.701.610	4.177.807	6.438.386	14.157.728	10.657.251	6.750.214	7.119.810	5.189.900	4.503.191	4.605.606	1.897.411	4.845.795	124.981.193
CONTRATADO MÊS	R\$	697.336	406.517	158.900	161.495	232.090	180.288	245.100	538.600	238.316	260.500	262.310	323.573	225.964	173.100	35.000	194.914	4.334.002
SALDO APLICAÇÃO	R\$	3.388.627	3.070.612	1.439.631	2.753.513	2.150.546	1.029.558	1.802.682	2.816.491	2.373.502	2.452.287	2.030.877	1.610.699	1.634.373	1.494.900	478.824	1.149.422	31.676.545
MÉDIA P/ APLICAÇÃO	R\$	1.387	3.111	2.555	3.612	2.488	2.508	2.810	3.529	3.125	2.683	3.666	4.938	4.017	2.945	2.537	3.310	2.674
EMPREGOS																		
EXISTENTES	Nº	12.277	6.961	5.531	7.814	3.802	7.085	4.036	4.012	3.321	2.690	7.806	3.968	2.157	3.120	1.289	4.504	80.374
GERADOS	Nº	130	613	873	883	1.604	828	864	11.262	813	422	359	202	629	190	200	499	20.371
TOTAL/MEDIA	Nº	12.407	7.574	6.404	8.697	5.406	7.913	4.900	15.274	4.134	3.112	8.165	4.171	2.786	3.310	1.489	5.003	100.745
GÊNERO																		
% MASCULINO	%	57,49	54,64	58,75	58,09	48,61	66,75	60,14	65,70	58,63	68,33	57,80	85,97	79,18	54,27	55,55	62,62	62,03
% FEMININO	%	42,51	45,36	41,25	41,91	51,39	33,25	39,86	34,30	41,37	31,67	42,20	14,03	20,87	45,73	44,45	37,38	37,97
UTILIZAÇÃO																		
% GIRO	%	48,36	30,07	43,45	24,74	38,11	63,11	55,69	29,59	89,44	26,37	21,91	39,02	19,13	25,28	34,33	35,88	39,03
% FIXO	%	29,77	46,25	48,04	58,44	49,7	21,45	29,97	47,15	8,88	68,18	56,45	37,38	28,61	42,64	55,92	37,6	41,65
% MISTO	%	10,14	23,68	8,51	16,82	12,19	15,44	14,34	23,26	1,89	5,46	21,65	23,6	52,26	32,08	9,75	26,52	18,59
ATIVIDADE																		
% PRODUÇÃO	%	20,90	18,11	11,60	34,13	14,79	14,62	10,61	10,94	12,14	9,38	25,24	8,76	1,16	21,1	15,26	17,69	15,40
% COMÉRCIO	%	366,33	40,49	48,04	29,45	47,94	39,78	36,75	38,84	45,69	24,66	43,45	35,23	37,81	39,37	29,48	38,37	58,86
% SERVIÇO	%	42,78	41,24	38,60	36,42	36,78	41,52	51,06	50,19	42,15	65,86	31,31	50,24	48,36	39,54	55,26	43,89	44,70
% MISTO	%	0,00	0,16	1,76	0,00	0,5	4,08	1,58	0,03	0,02	0,10	0,00	5,77	12,68	0,00	0,00	0,05	1,67
INADIMPLÊNCIA																		
PERDAS ATE O MÊS	R\$																	
VALORES VENCIDOS	R\$	79.388	330.557	170.040	241.399	445.902	32.883	56.053	173.641	79.332	88.933	120.156	32.213	33.551	102.912	49.462	34.755	2.071.177
% S/ TOTAL CONTRATADO	%	0,47	3,04	2,50	2,11	5,12	0,79	0,87	1,23	0,74	1,32	1,69	0,62	0,75	2,74	2,61	0,72	1,66
% S/ SALDO APLICAÇÃO	%	2,41	10,77	11,81	8,77	20,14	3,19	3,11	6,17	3,34	3,63	5,92	2,52	2,98	6,41	10,33	3,02	6,54
% EM 31/05/04	%	2,34	10,77	11,20	7,78	19,51	3,74	2,78	5,84	3,55	3,41	6,09	2,52	3,05	6,53	11,42	3,00	5,72

Data 30/06/04